



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 504- 16 A 30 DE AGOSTO DE 2015 - R\$ 3,00

Sob a bandeira da Oposição Revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff e da estratégia revolucionária do governo operário e camponês, o Partido Operário Revolucionário luta pela independência de classe do proletariado e dos demais oprimidos

Por uma frente única sindical contra as demissões, em defesa dos empregos e dos salários



75 anos do assassinato de Leon Trotsky

Viva a IV Internacional

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista

Campanha de responsabilização do governo Evo Morales pela vida de Jhon



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Nossa luta pela independência política dos explorados

A crise política se concentra na decisão final se haverá ou não a interrupção do mandato de Dilma Rousseff por meio do impeachment. Entre esse objetivo da oposição capitaneada pela fração de Aécio Neves do PSDB e o processo de luta intestina no interior do Estado tem havido altos e baixos, momentos em que os choques se agravam e momentos em que se arrefecem.

Ao aproximar a decisão do Tribunal de Contas da União sobre as manobras financeiras realizadas pelo governo e consideradas crimes de responsabilidade fiscal, a crise se elevou a um patamar mais alto. Os partidários de Aécio Neves desfraldaram a bandeira de destituição da presidente e convocação de eleições antecipadas. Essa clara definição alertou o governo, PT, CUT e MST sobre o avanço da oposição nesse objetivo.

As condições políticas passaram a ser favoráveis a isso no Congresso Nacional. A ruptura formal do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, com o governo animou os defensores da tese do impeachment. A base de apoio governista se estilhaçou ainda mais. Qualquer medida de interrupção do mandato de Dilma depende do PMDB. Esse novo quadro político favoreceu a fração do PSDB disposta a levar adiante a bandeira de derrubada institucional do governo, em detrimento da fração favorável a sangrar Dilma e o PT até as eleições de 2018.

Ao se elevar à altura a crise, o vice-presidente, Michel Temer, teve de sair em defesa da estabilidade política, chamando todas as forças a *“pensar no País acima dos partidos”*. Em seguida, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) divulgaram uma nota conjunta (06/08) em apoio à posição de Temer. Diz: *“A indústria brasileira se associa ao apelo de união para que o bom senso, o equilíbrio e o espírito público prevaleçam no Brasil”*.

Depois que as federações das indústrias se pronunciaram contrárias ao impeachment, a CUT conseguiu o apoio de importantes sindicatos da Força Sindical, UGT, etc. que seguem a oposição burguesa. Publicaram um manifesto sob o título *“Chamado ao diálogo pela democracia, por crescimento econômico, inclusão social e desenvolvimento nacional”*. Nele faz a *“defesa da democracia, do calendário eleitoral, do pleno funcionamento dos Poderes da República, da estabilidade institucional e dos fundamentos constitucionais como condição para rápida e sustentada transição para o crescimento econômico”*. Consta da declaração um resumo supostamente capaz de superar a crise econômica.

No dia 16, os partidários do impeachment farão mais uma manifestação. Esperam milhares de participantes da classe média. Todos os reacionários de diversas cores ali estarão presentes. No dia 20, a CUT, CTB, MST e UNE farão seu ato em defesa do governo. Contará com o apoio do PT, PCdoB, parte do PSol e PCO. Para arrastar os explorados e a juventude, acenam com críticas ao Plano Levy.

Está definido que as camadas mais ricas da classe média querem o fim do governo, taxado de corrupto pelo *“mensalão”* do governo Lula e agora o *“petrolão”*. O problema está em saber se a CUT será capaz de mobilizar a classe operária, uma vez que o governo de Dilma ataca frontalmente seus direitos trabalhistas.

A polarização entre governistas e opositoristas apresentada aos explorados, na realidade, trata-se da disputa interburguesa em torno do poder do Estado. A ideia de que os explorados estão diante do confronto entre esquerda e direita é completamente falsa. O fundamental está em que há um completo acordo entre o governo e a oposição de que a crise exige um ajuste fiscal e que este será descarregado sobre as costas da maioria nacional oprimida. A disputa interburguesa se dá em torno do poder do Estado e de qual força política burguesa deve determinar a nova política econômica.

A disputa interburguesa criou uma armadilha: estar com a direita (oposição, PSDB/DEM), ou estar com a esquerda (governo, PT). As massas estão sendo convocadas a seguir uma das duas alternativas. Se apoiam a oposição, terão de arcar com o ajuste fiscal e a continuidade da exploração do trabalho. Se apoiam o governo Dilma, terão de arcar com o ajuste fiscal e a continuidade do capitalismo. Poderia ser outra alternativa: derrotar a ofensiva da oposição e depois acertar as contas com Dilma. Mas não é viável uma vez que a classe operária se encontra sob a direção dos governistas. Colocar-se no terreno da defesa de Dilma significa renunciar à luta contra as suas medidas antinacionais e antipopulares e seguir as manobras da burocracia sindical cutista.

A luta pela independência de classe do proletariado está diante da particularidade da situação econômica e política. Começa pela defesa da vida das massas contra a desintegração do capitalismo e as medidas tomadas pelo governo burguês, que no momento está sob a responsabilidade da coligação PT e PMDB. Não há como lutar pelo emprego, salário, direitos trabalhistas e condições de existência das massas sem lutar contra o governo burguês de plantão. Pelo caminho da ação direta dos explorados, logo se veria que o conteúdo de classe do governo Dilma prevalece sobre a noção de esquerda. Por isso, se a classe operária sair em defesa de suas reivindicações, a esquerda e a direita burguesas se unirão em defesa das medidas capitalistas. Está aí por que o POR rechaça qualquer posição de apoio ao governo Dilma na disputa interburguesa, seja ela clara ou disfarçada.

O caminho da independência passa por organizar uma *Oposição Revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff*. O que implica levantar o programa de reivindicações e a estratégia revolucionária do governo operário e camponês.

Greves apontam o caminho da resistência aos ataques dos governos e dos capitalistas

Metalúrgicos da GM de São José entram em greve contra as demissões

No dia 8/08, 250 operários receberam por telegrama a notícia de suas demissões. Uma assembleia dia 10/08 decidiu pela greve na fábrica. Até o dia 11/08, outros 250 também foram demitidos por telegrama. O Sindicato pediu ajuda da prefeitura, do governo estadual e federal. Os patrões apelaram para a justiça para reprimir o piquete e impor multas diárias ao sindicato, e o Tribunal marcou negociação para o dia 17/08. No dia 14/08, foi realizado um ato público na cidade, com manifestação de rua, a fim de ampliar a mobilização contra as demissões. Depois dos acordos de PDV, lay-off, etc., a patronal decidiu demitir 10% da fábrica.

Trata-se de uma tendência geral das montadoras, que no primeiro semestre deste ano já reduziram em 11%, 38 mil vagas, o número de empregos no setor.

Metalúrgicos da GM de São Caetano do Sul acampam em frente à fábrica

Dos 819 operários em lay-off, 419 foram demitidos. De conjunto, 550 perderam o emprego. No dia 12 de julho, os demitidos acamparam em frente à fábrica. Manifestações foram realizadas no centro de São Caetano, na Av. Goiás.

Operários da Mercedes-Benz sofrem as consequências da flexibilização capitalista do trabalho

Depois de 25 dias de acampamento dos demitidos da Mercedes, o sindicato apresentou a proposta de redução da jornada em 20% e redução salarial de 10%. Os trabalhadores na assembleia da manhã disseram Não por meio de vaías. O sindicato temeu utilizar a forma coletiva de decisão, que é a assembleia e resolveu que haveria votação em urna. No dia 2 de julho, os metalúrgicos colocaram seu voto nas urnas. No dia seguinte, surpreendentemente, dos 7.559 votantes, 73,8% votaram contra o acordo de redução salarial. Assim, o acampamento perdeu sua função de pressionar aqueles que não foram demitidos a aceitarem o acordo de flexibilização, que já era a aplicação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE). É bom frisar que o acampamento montado pela burocracia do sindicato não foi para lutar contra as demissões, mas para forçar a aceitação do acordo de redução salarial. Como a maioria o rejeitou, o acampamento foi suspenso. Essa experiência está mostrando que somente por uma brutal pressão dos capitalistas e da burocracia sindical, o PPE será engolido pelos trabalhadores. Em agosto, a Mercedes deu férias coletivas e anunciou que terá de fazer uma reestruturação na fábrica. Voltou a dizer que há 2000 operários excedentes. Provavelmente, a multinacional e a burocracia do sindicato voltarão a pressionar para que os metalúrgicos aceitem o PPE. O que não pode ocorrer é que a Mercedes se transforme em uma trincheira contra a redução dos salários. A burocracia teme a explosão de uma greve contra a sua orientação geral de atender os interesses dos capitalistas, impondo em toda parte o PPE.

Trabalhadores da Volks de Taubaté entram em estado de greve

A fábrica tentou impor um acordo de redução de jornada e redução de salários, mas os trabalhadores recusaram. A patronal anunciou em cartazes pela fábrica a intenção de reduzir o pessoal diante da retração do mercado. Dia 12/08, uma assembleia decidiu pelo estado de greve, que deve se concretizar nos próximos dias.

O acordo na Rassini de São Bernardo do Campo

O presidente do sindicato metalúrgico do ABC, Rafael Marques, divulgou como grande feito o primeiro acordo do PPE na autopeça Rassini. Os operários terão um corte de 15% nos salários e a promessa de estabilidade de 4 meses. A notícia foi veiculada como se a votação unânime tivesse sido um ato de consciência e de vontade própria dos operários. A Rassini serviu de bandeira positiva em contraposição à rejeição da proposta de redução salarial na Mercedes Benz. Não por acaso, Rafael Marques explicou que esse primeiro acordo serviria de “referência para a base inteira”. Em seguida, a Trefilação União, também de São Bernardo, impôs aos trabalhadores 20% de redução nos salários.

Funcionalismo do Rio Grande do Sul paralisa contra parcelamento dos salários

No último dia 3/08, o funcionalismo gaúcho paralisou completamente as atividades em protesto contra o parcelamento dos salários, anunciado no dia 31/08. Diante da crise orçamentária, o governo anunciou que pagaria integralmente os salários de quem ganhasse até R\$ 2.150,00. O restante, 48% do total, teria seus salários parcelados em três vezes, em 13 e 25 de agosto. Ou seja, diante da crise, o governo joga sobre os salários do funcionalismo as consequências da crise criada por ele próprio. Todos os setores do funcionalismo paralisaram suas atividades, desde os professores até policiais. Saíram às ruas para protestar contra o governo e anunciaram que entrarão em greve por tempo indeterminado a partir de 18/08, caso não sejam pagos.

Continua a greve nas universidades federais, que se choca com ajuste fiscal

Os professores e funcionários das universidades federais estão em greve há quase três meses. Outros setores do funcionalismo também mantêm suas greves diante da intransigência governamental. O governo pretende impor reajustes parcelados inferiores à inflação, o que concretizaria um arrocho salarial pelos próximos quatro anos.

A greve se choca com o ajuste fiscal, por isso a inflexibilidade do governo e a pressão de toda a burguesia contra os grevistas.

O grande problema a ser superado é o isolamento do movimento e a passividade de uma importante parcela dos grevistas. Está colocado para o movimento a tarefa de exigir de todos os sindicatos do funcionalismo que apoie a luta das federais e

também saiam em luta contra o ajuste fiscal.

Está claro que o governo e a burguesia estão em posição de ataque ao conjunto dos assalariados. O funcionalismo, por sua vez, terá de arcar com os brutais cortes. O fato da classe operária demorarem em romper o controle da burocracia sindical e sair em defesa de suas reivindicações próprias dificulta colocar a unidade do movimento contra o governo burguês de Dilma. É preciso, por isso, não apenas decretar a greve, mas também ter claro a luta política a ser travada contra os obstáculos à unidade dos trabalhadores. A greve ativa é decisiva para que este embate se projete nacionalmente. Ao contrário, a passividade serve ao governo e à burocracia, que rechaça os métodos da luta de classes.

Responder aos múltiplos ataques do governo e da burguesia com uma só política e uma só diretriz operária

Diante da crise, os patrões buscam a *flexibilização capitalista do trabalho*. Demissões voluntárias, afastamento temporário (layoff), férias coletivas, redução de jornada com redução salarial (PPE). Os governos, para manter o favorecimento aos bancos e empresas, atacam os direitos e arrocham os salários.

Não se trata de buscar a solução dos problemas patronais e governamentais como condição para o atendimento das reivindicações de defesa dos direitos, salários e empregos. Nem de torcer pela solução da crise econômica para convencer a patronal a não demitir e negociar. Nem de esperar que os governos que aplicam as medidas de ataques atuem em favor dos explorados contra os exploradores. Nem de esperar que a justiça manejada pelos capitalistas atue em favor dos trabalhadores. Nem que as instituições da burguesia atuem para defender os

empregos. Nem apostar numa saída eleitoral que a partir do Estado defenda direitos, empregos e salários.

A defesa dos direitos, empregos e salários depende de levantar as reivindicações e os métodos de luta que correspondam ao enfrentamento aos governos e capitalistas:

Para acabar com o desemprego e as demissões: estabilidade no emprego, readmissão de todos os demitidos, divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os aptos ao trabalho, sem redução salarial (ou seja, a escala móvel das horas de trabalho – essa é a *flexibilização operária do trabalho*);

Nenhuma redução salarial. Defesa dos salários contra a alta do custo de vida. Que sejam reajustados automaticamente de acordo com a alta da inflação e do custo de vida (ou seja, escala móvel de reajuste);

É preciso também combater as medidas do chamado ajuste fiscal, que arranca as pensões das viúvas, dificulta a aposentadoria e o salário-desemprego, corta gastos com saúde e educação. Revogação da MPs 664, 665 e a Lei da Terceirização (PL 4330);

É preciso um movimento geral, unitário, nacional que levante a resposta operária à crise, que é fazer com que os capitalistas paguem por ela, e não os explorados!

Todo apoio às greves contra o ajuste fiscal e pela readmissão dos demitidos!

Unamos todos os explorados contra os exploradores e seus governos!

Que as centrais sindicais rompam com o governo e a oposição burguesa e se coloquem pela construção de uma greve geral para defender os empregos, os salários e os direitos trabalhistas!

Todo apoio à greve dos trabalhadores da GM! Organizar a luta geral contra as demissões!

No dia 9 de agosto, cerca de 250 operários da GM receberam por telegrama o comunicado de suas demissões. Imediatamente, uma assembleia geral da fábrica decidiu pela greve. As demissões totalizaram mais de 500, numa fábrica de 5 mil. A empresa decidiu cortar sua folha de pagamento em 10%, e nem mesmo chamou os trabalhadores para comunicar: lhes mandou um telegrama.

A fábrica exigiu a volta ao trabalho como condição para negociar. Pretende arrancar das mãos dos trabalhadores sua única arma contra o poder patronal: a união e paralisação da produção. Os trabalhadores rejeitaram a chantagem. É preciso levantar bem alto a bandeira operária de **emprego não se negocia, defende-se com luta!** A GM recorreu à Justiça do Trabalho contra os metalúrgicos: pediu o dissídio, solicitou uma liminar para atacar o piquete e o sindicato com multa de 50 mil diários. A Justiça, manejada pelos patrões, marcou reunião de negociação para o dia 17, mas desde já impôs ao sindicato e aos operários a repressão. Ao contrário, a greve deve ser fortalecida e as mobilizações intensificadas.

Demissões na GM: parte de um problema maior

Com o agravamento da crise econômica, desde o final do ano passado, os patrões têm aumentado sua ofensiva contra os empregos e salários. A imposição de planos de demissão voluntária e os lay-offs foram um primeiro passo. As férias coletivas se seguiram. Agora, buscam aplicar a redução de jornada com redução de salário. E ainda demitem massivamente. Nenhuma das medidas ou acordos que se apresentaram como garantia do emprego evitou as demissões.

A ameaça aos empregos é geral. As empresas estão com a capacidade produtiva muito acima do mercado. Nesse quadro, ou se preservam os lucros dos capitalistas, ou se preservam os empregos e salários. Os patrões buscam descarregar o custo da crise sobre os trabalhadores, seja por demissões, seja por redução salarial. E não se trata de uma situação particular da GM de São José dos Campos, e sim de um quadro geral: ou os trabalhadores se organizam e se unem para enfrentar os patrões, ou terão de pagar pela crise com seus empregos e salários.

Por isso, a luta de cada fábrica em que acontecem demis-

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

sões deve ser encarada como parte da luta geral dos explorados contra os exploradores. É preciso romper o isolamento das greves que respondem imediatamente às demissões e projetá-las para o conjunto da classe.

Vemos que existe uma grande unidade dos patrões ao redor das medidas que descarregam a crise sobre os trabalhadores: o ajuste fiscal promovido pelos governos, as demissões e o arrocho salarial. Para responder à ofensiva geral dos capitalistas e de seus governos, é preciso a unidade geral dos trabalhadores.

Apoiar a greve dos trabalhadores da GM com mobilização

É preciso tirar do isolamento a luta dos trabalhadores da GM: uma manifestação geral de apoio como a de sexta-feira, 14/08, é um passo nesse sentido. Essa medida coloca a luta contra as demissões da GM como tarefa do conjunto do movimento. Projeta a luta contra essas demissões para além do conflito com a empresa, aponta o dedo contra os governos que estão ao lado dos patrões na ofensiva contra empregos, direitos e salários.

Mas é preciso ir além: a assembleia dos metalúrgicos de São José dos Campos deve fazer um chamado para que todos os sindicatos e centrais sindicais constituam uma frente única sindical para derrotar a ofensiva dos capitalistas e do governo contra os empregos e os salários. Devemos com este chamado ir para as bases operárias defendendo a solidariedade e a organização da luta para reverter as demissões e impor as reivindicações dos explorados.

Levantar as reivindicações que defendem de fato os empregos e salários

A prática já mostrou que os acordos de redução de jornada

com redução salarial, demissões voluntárias (PDVs), lay-off, etc. (a flexibilização capitalista do trabalho) não garantem os empregos. Os patrões aplicam essas medidas para enfraquecer os trabalhadores e depois vêm com as demissões.

É preciso levantar as reivindicações que defendem os empregos e salários:

Para acabar com o desemprego e as demissões: estabilidade no emprego, readmissão de todos os demitidos, divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os aptos ao trabalho, sem redução salarial (ou seja, a escala móvel das horas de trabalho – essa é a flexibilização operária do trabalho);

Nenhuma redução salarial. Defesa dos salários contra a alta do custo de vida. Que sejam reajustados automaticamente de acordo com a alta da inflação e do custo de vida (ou seja, escala móvel de reajuste);

É preciso também combater as medidas do chamado ajuste fiscal, que arranca as pensões das viúvas, dificulta a aposentadoria e o salário-desemprego, corta gastos com saúde e educação. Revogação da MPs 664, 665 e a Lei da Terceirização (PL 4330);

Companheiros, como se vê, é preciso um movimento geral, unitário, nacional que levante a resposta operária à crise, que é fazer com que os capitalistas paguem por ela, e não os explorados!

Todo apoio à greve da GM pela readmissão dos demitidos!

Unamos todos os explorados contra os exploradores e seus governos!

Que as centrais sindicais rompam com o governo e a oposição burguesa e se coloquem pela construção de uma greve geral para defender os empregos, os salários e os direitos trabalhistas!

Manifestação contra as demissões na GM São José dos Campos

O ato começou com a concentração no portão 4 da fábrica e seguiu até a praça principal de São José. O sindicato montou uma espécie de acampamento nesse portão. Participaram do ato os cipeiros, a diretoria do sindicato, alguns metalúrgicos demitidos e outros em greve (eram poucos, cerca de 50 operários). A fábrica está toda parada. Mas a mobilização dos metalúrgicos da GM foi limitada. Estiveram presentes a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, o MRT, a Inter-sindical (representada pelo grupo de Campinas) e o PSol. A direção do sindicato metalúrgico de SJC (PSTU) compareceu com alguns militantes de São Paulo, professores e judiciários federais e os outros da região. Tinha representantes da CGTB, dois metalúrgicos da GM de São Caetano e um metalúrgico da Volks, que deram no final do ato um informe da situação de São Bernardo e São Caetano. Tinha a CUT e metalúrgicos da fábrica GM São Caetano. Contou também com o prefeito da cidade, que é do PT.

As intervenções foram de apoio à luta dos operários da GM, contra as demissões e às medidas governamentais que retiram direitos. Denunciavam as empresas que demitem, depois de terem lucrado por anos a fio. Exaltaram a necessidade



Manifestação ocupou a Rodovia Presidente Dutra em São José dos Campos

da construção da chamada “alternativa para os trabalhadores”. E mostraram a importância da unidade dos explorados contra as demissões.

O prefeito petista disse que fará todos os esforços para convencer a fábrica a voltar atrás, pois as demissões são um prejuízo para a cidade e para os pais de famílias.

Os militantes da CUT disseram que o Sindicato tem vivido o ataque da GM, desde 2008, e é tímido em falar contra. Quando a cidade era governada pelo PSDB, eles tinham maior dificuldade de fazer um trabalho. Mesmo assim, os discursos sindicalistas se voltam contra o governo Dilma e poupam o PSDB de Alckmin.

O PSTU, que dirige o sindicato, interveio acusando a empresa de ter recebido enormes subsídios nestes últimos anos e que as demissões são injustas e desonestas com os trabalhadores. Levantou a reivindicação de que Dilma assine uma medida provisória para impedir as demissões. Zé Maria disse que o governo gastou 35 bilhões, nestes 12 anos de Lula e Dilma, com as montadoras e que com este dinheiro teria condições de sustentar os metalúrgicos pagando os salários de todos sem trabalhar. O PSTU defen-

Enfrentar o governo com ações radicalizadas e unitárias para garantir a vitória na greve das IFEs

A greve das Universidades e Institutos Federais de Ensino chega aos seus 80 dias em 15 de agosto. Trata-se de uma greve que se lançou em duas frentes: atuar junto aos Servidores Públicos Federais em uma campanha salarial com reivindicação centrada no reajuste de 27,3% em uma única parcela; e buscar avançar nas negociações com o MEC em relação à pauta específica, que tem cinco eixos, dos quais se destacaram, nas Assembleias Gerais, a questão das condições de trabalho, pioradas com o contingenciamento nos orçamentos das IFEs, reflexo dos bilhões cortados do MEC em 2015, e a defesa do caráter público das universidades, com a denúncia das OS como possibilidade de contratação de docentes e técnicos e dos projetos de lei, como a PEC 395/2014 que prevê a cobrança de taxas em cursos de pós-graduação *lato sensu* em universidades.

Desde 28 de maio, FASUBRA e ANDES-SN montaram os Comandos Nacionais de Greve em Brasília, recebendo delegados de instituições federais de todo país, com o intuito de dirigir e orientar os Comandos Locais de Greve nas IFEs. Nos dois primeiros meses, a ação desses dois sindicatos, além de outras entidades que conformam o Fórum dos Servidores Público Federal, foi centrada em organizar Marchas dos SPF e pressionar o MPOG na pauta conjunta com os servidores. Exigia-se também a negociação com o MEC na pauta específica das IFEs. Nesse período, iniciou-se a greve dos servidores do judiciário federal (FENAJUFE), em 06 de junho, e, ao longo de julho, a greve de setores da saúde e da previdência federais (FENASPS e CNTSS), professores e técnico-administrativos da rede federal de educação profissional e tecnológica (SINASEFE), servidores da FIOCRUZ (ASFOC). Além disso, categorias ligadas à Confederação dos Servidores Federais (CONDSEF) também iniciaram paralisações em vários órgãos do governo, como o Inbra, Ibama e Funasa. Houve, como se vê, de um lado, uma movimentação da base dos servidores para exigir reajuste e reivindicações ligadas às condições de trabalho e à carreira, enquanto, de outro, as direções acreditaram, por meio da existência do Fórum e das reuniões com o governo, conseguir

deu a unidade contra as demissões, falou contra o ato dia 16 da oposição burguesa e disse que não tem condições de participar de nenhum ato a favor do governo Dilma.

O POR participou do ato com um Manifesto, mas a direção não concedeu o direito de intervenção na manifestação. Essa conduta do PSTU é de burocracia sindical. É fundamental a defesa da liberdade de manifestação, a unidade de todos os explorados e a ação direta para derrotar as medidas patronais e governamentais.

A greve e a luta nas ruas são o caminho. No dia 17/08 será julgamento em Campinas da greve. No dia 18/08, no MASP, às 14 h, haverá uma concentração do Judiciário Federal e uma comissão de metalúrgicos da GM estará presente no ato.

Todo apoio aos metalúrgicos da GM!

enfrentar a política de ajuste fiscal e de corte nos Ministérios.

A questão é que nenhuma das categorias em greve ou na campanha conjunta dos SPF tem impacto imediato sobre a produção e sobre o lucro dos grupos capitalistas. Embora desde abril o governo federal tenha demonstrado firmeza em reajustar os salários abaixo da inflação e manter a política de cortes nos órgãos e Ministério, o Fórum dos SPF e as três entidades ligadas as IFE, ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA, indicaram que era possível arrancar os pontos de pauta por meio da manutenção da greve e da pressão por meio dessas reuniões. A greve dos técnico-administrativos cresceu logo no primeiro mês, com a adesão de mais de 60 IFEs. A dos docentes ficou estagnada em 41 seções sindicais (menos de 40 universidades) até o fim de julho.

Durante esse período, o governo anunciou para o Fórum a proposta de 21,3% de reajuste parcelado em 4 anos, a qual foi rejeitada. Em seguida, tentou melhorá-la aplicando aumento em três benefícios (auxílio-creche, alimentação e auxílio-saúde). Novamente, as entidades do Fórum negaram a proposta reafirmando que a pauta reivindicada é de isonomia dos benefícios entre os três poderes e reafirmando os 27,3% em única parcela.

Entretanto, partiu do Fórum a posição de que as entidades remetessem às bases uma contraproposta a ser apresentada ao governo. O estudo de contraproposta era de 19,7% em parcela única. A justificativa das entidades para a apresentação desse estudo é que assim forçavam o governo a “destravar” os demais pontos de pauta, condicionados à questão do reajuste pelo MPOG. Não houve, porém, consenso dentro do Fórum. Algumas entidades, consultando suas bases, rejeitaram o estudo, como a ASFOC; outras aceitaram, como o ANDES-SN, SINASEFE e o SINAL; e outras, como a FASUBRA, encaminharam que tal discussão só poderia ser apresentada após a posição oficial do governo diante da rejeição de sua proposta salarial, que ocorrerá a partir da semana do dia 17 de agosto.

A posição da FASUBRA corresponde à de uma categoria

que teve reajustes inferiores durante os últimos anos e tem outras reivindicações, como da carreira e condições de trabalho, que radicalizam as bases. A posição do CNG do ANDES-SN de aceitação da contraproposta foi feita a partir do resultado de 26 Assembleias Gerais de universidades em greve. Destas, apenas 4 rejeitaram o estudo e mantiveram a proposta original.

Como o Fórum funciona por “consenso”, nenhuma posição de contraproposta foi apresentada ao governo. A questão, no entanto, não está em “destravar as negociações” para debater as pautas específicas, mas em criar condições de impor as pautas por meio da mobilização massiva dos três segmentos da universidade, além da unidade com os servidores federais em luta.

Ampliar a mobilização com radicalização dos métodos de luta

Se, durante dois meses, a crença de que as negociações poderiam avançar por si e que a paralisação das universidades seria suficiente para pressionar o governo mostrou seu esgotamento. Começaram a vir para o CNG os informes das ações mais radicalizadas dos CLG de diferentes universidades: ocupações de espaços públicos, atos e bloqueios em grandes avenidas e rodovias; atividades conjuntas de estudantes, técnicos e docentes, além de atos conjuntos com o SPF nos estados. A radicalização foi uma exigência das bases. O CNG do ANDES-SN levou a proposta de ações mais “contundentes” para ser discutido na reunião do Fórum que preparou a Marcha em Brasília no dia 06 de agosto. As entidades do Fórum, no entanto, ignoraram e não deliberaram. A construção “por consenso” paralisa as ações em situações como essa, de necessidade de radicalização. O resultado foi que a FASUBRA, que é dirigida por vários correntes, desde o governismo até correntes que se reivindicam do trotskismo, organizou uma ação de ocupação da entrada do MPOG na madrugada do dia 06. Isso forçou o MPOG a negociar. As demais entidades, incluindo o ANDES-SN, tiveram de fazer uma passeata sem grande repercussão pela Esplanada e não foram recebidas por nenhum Ministério.

Nos Comunicados de números 31 e 32 do CNG do ANDES, há uma definição para que os CLG organizem, nos vários estados em que ocorre a greve, atos e atividades em unidade com o funcionalismo e com estudantes e técnico-administrativos. O que era pontual tornou-se uma política geral. Além disso, encaminhou-se a ocupação de “espaços públicos” e a execução de atividades mais radicalizadas.

Todos dentro do CNG, mesmo representantes da corrente O Trabalho, petista, sabem que não é possível derrotar o ajuste fiscal e reverter os cortes sem uma grande mobilização e uma radicalização das ações. O problema está em que a direção geral também sabe que a maioria das direções locais não encaminha essas ações, ora porque é uma direção conservadora e reformista, ora porque houve um esvaziamento das universidades no período de julho e sequer se conseguem organizar atos dentro das universidades.

A questão está em saber que, a partir de agosto, há condições de ampliar a mobilização, com o ingresso na greve de novas universidades e com uma política que aponte justamen-

te para enfrentar nas ruas os cortes e impor a negociação dos pontos de pauta exigidos nas Assembleias de base. Nesse sentido, a aprovação de fortalecimento dos Fóruns estaduais com a aprovação de atos conjuntos e nacionais é um pontapé para uma real política de enfrentamento ao ajuste fiscal. É uma política tardia porque, sabemos, as direções são reformistas, mas é uma política necessária e pode servir para manter a greve por um período que consolide a unidade dos SPF e dos três sindicatos que se encontram nas IFE.

O ato nacional do dia 18 de agosto, com ocupações de prédios públicos, com o bloqueio de avenidas e rodovias, se for levado a sério pelas direções estaduais, pode dar visibilidade ao movimento e pressionar o governo para atender as reivindicações.

A política de unidade, de radicalização e de construção da greve geral

Em discurso, várias direções têm defendido a unidade, a necessidade de radicalização e a construção da greve geral. O problema está na prática da maioria das direções dessas entidades que têm pouca mobilização em suas bases e não estão dispostas a assumir a radicalização como política central das atividades grevistas.

A política da Corrente Proletária na Educação/POR foi desde o início da campanha salarial conjunta apontar a necessidade de unidade entre todos os setores, com assembleias e comandos de mobilização e de greve unitários, de manter a integralidade das pautas sem recuar diante da intransigência do governo, e trabalhar para que a greve dos servidores federais se ligue à mobilização dos trabalhadores em geral e da classe operária, em particular, para que a greve geral possa se materializar, como tem defendido o ANDES-SN desde seu último CONAD.

Avaliemos nas Assembleias das universidades e no CNG que a luta geral e a radicalização é uma necessidade das IFEs em greve, porque o ajuste fiscal não será derrotado somente pelas instituições federais mas por um movimento nacional. Daí a importância de apontar as ações diretas como via de pressionar o governo federal. Caso contrário, o máximo que faremos em uma greve isolada é arrancar migalhas do orçamento, tirando de outros setores que não se mobilizaram esse ano.

Com o isolamento, a greve das IFEs não se choca com a manutenção do pagamento da Dívida Pública e com a política privatista materializada em programas como o FIES e PROUNI e com o sucateamento das IFEs, apenas ameniza o confisco dos salários já em marcha no presente ano com a inflação projetada em quase 10%.

Ainda que não rejeitemos a existência do Fórum dos SPF, não será por meio das cúpulas de entidades corporativistas como a dos auditores fiscais que agora se mobilizam em virtude da PEC 443 que teremos a construção da greve geral e a derrota dessa política. Apenas a ação de rua, apenas a luta unitária nos estados e organizada nacionalmente pode começar a fazer tremar as bases da política de ajuste fiscal e colocar em movimento amplas camadas de trabalhadores, que sofrem com o desemprego, com a redução salarial e com a superexploração do trabalho. É com essa política que intervimos e continuaremos intervindo no movimento das IFEs em greve.

Resposta ao 12º Concut

Nos dias 13 a 17 de outubro de 2015, será realizado o 12º Congresso Nacional da CUT. A direção apresentou o documento intitulado “Educação-trabalho-democracia”, sob o lema “direito não se reduz, se amplia”. Está dividido em conjuntura internacional e conjuntura nacional, cada uma de suas grandes partes está subdividida em subtítulos. Em nossos comentários, não seguiremos essa organização. Demonstraremos as contradições internas ao documento e entre determinadas formulações e a prática real da CUT. Em resumo, o documento diz não aceitar as medidas de ajuste fiscal do ministro Joaquim Levy e, ao mesmo tempo, defender o governo Dilma que o promove; afirma defender os direitos trabalhistas e diz que estes são intocáveis, mas oculta que o Sindicato Metalúrgico do ABC colabora com as multinacionais para a quebra de direitos. Estas duas contradições comprometem de conjunto o documento, que procura ser crítico ao “sistema capitalista” e ao “imperialismo”.

Se os delegados do congresso tivessem a possibilidade de discutir antecipadamente, democraticamente e em profundidade as formulações da direção da CUT, poderiam rechaçá-lo. O processo de eleição de delegados não se deu sobre a base de discussões políticas de posições programáticas e votação. O método burocrático não é novo. Os delegados não são de fato eleitos pela classe operária e pelos outros setores de assalariados. São praticamente indicados pelas direções dos sindicatos, que formam a burocracia.

O Congresso ocorrerá desvinculado da real situação dos explorados e das tendências de luta que se desenvolvem no seu interior. Não expressará o instinto de revolta dos oprimidos, que arcam com a brutal exploração capitalista e com a crise econômica. Nota-se que o documento foi redigido por intelectuais, assessores da burocracia, e, possivelmente, sob a influência de alguma corrente da esquerda democratizante. É um documento que não reflete o estado atual da luta de classes, que não é capaz de orientar o movimento operário em meio à brutal crise econômica e política e que não pode levantar as reivindicações que unem o proletariado e a maioria nacional oprimida. Sua retórica de esquerda contra o imperialismo, neoliberalismo e a direita nacional não faz senão demonstrar o fracasso do PT em reformar o capitalismo, do qual a CUT é tributária. Insiste nas mesmas teclas em que o PT compôs seu ideário de democratização do Estado e de inclusão social das massas no capitalismo putrefato. Está aí por que não é capaz e não tem interesse de revelar as raízes da crise do governo de Dilma Rousseff e, conseqüentemente, do próprio PT, que dirige a CUT.

Se os redatores do documento se pusessem a fazer seriamente uma análise do processo histórico e um balanço político, veriam que a direita liderada pelo PSDB avança contra o governo e o PT, justamente devido ao fracasso e o impasse do reformismo, que um dia prometeu a instalação de um “governo democrático e popular”, “uma aliança democrática e popular” e um “programa democrático e popular de reformas”. Desde o momento em que Lula assinou a “Carta ao Povo Brasileiro”, comprometendo-se a respeitar a ordem estabelecida, o PT renunciou a qualquer medida de reforma estrutural. Não por

acaso, um de seus maiores fracassos foi a “reforma agrária”. As medidas assistencialistas dos programas sociais não passam de esmolas miseráveis. Por sua vez, a tal da “valorização do salário mínimo” nem de longe ameniza a miséria de milhões, que recebem R\$ 788,00. A mudança para pior no critério de “valorização do salário mínimo” no governo Dilma seguiu as exigências da burguesia e das novas condições da crise econômica. Nem mesmo essa verdade é reconhecida no documento. O avanço da terceirização, implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso, se deu sob os olhos do governo do PT. A reforma da previdência, antipopular, não se deveu apenas ao governo do PSDB. Não se pode esconder que o agronegócio teve seus privilégios garantidos em detrimento da agricultura camponesa. Bastam estes fatos para se chegar à conclusão de que o PT constituiu um governo burguês distinto do governo burguês do PSDB, com diferenças de aspectos e iguais em essência.

Se o Congresso da CUT não se colocar à altura de expor uma crítica de classe ao governo do PT e não identificar as causas fundamentais do fracasso do reformismo petista, servirá tão somente de máscara a uma variante da política pró-capitalista. E não terá como servir de instrumento de independência do proletariado diante das disputas interburguesas em torno do poder do Estado.

Crítica às principais formulações do documento Sobre a crise do capitalismo e a ofensiva do imperialismo

O documento reconhece que o capitalismo atravessa “a crise mais longa e intensa desde a depressão mundial no final dos anos 20 do século passado”. Atribuiu-lhe como causa as “contradições do processo de acumulação hegemônico pelo capital financeiro”. Nestas condições, “o ideário neoliberal se impõe como pensamento dominante”. Conclui-se que “a luta de classes intensifica-se (...), demonstrando as questões que colocam em campos opostos os setores da sociedade e definindo os espaços em que elas se movimentam como forças políticas em defesa de seus interesses”.

Diz o documento que os Estados Unidos correm “o risco de perder sua hegemonia”, o que o torna mais perigoso. Recorrem à intervenção militar em defesa de seus interesses. Em seu intervencionismo, desestabilizam governos que não atendem às suas necessidades. No caso do Brasil, o documento denuncia “entidades cujos dirigentes foram treinados e receberam recursos financeiros de organizações norte-americanas” para organizar “a campanha pelo impeachment da presidente Dilma”, fomentando o “ódio e a criminalização do PT, dos sindicatos e dos movimentos sociais que atuam no campo da esquerda”.

Em contrapartida, os redatores referem-se à “reação de governos e setores populares”. Cita o caso da Grécia, em que “a reação popular foi decisiva na eleição do Syriza”. Na América Latina, trata-se da “eleição de presidentes progressistas em importantes países que permitiu a substituição do modelo neoliberal por uma política Estado-desenvolvimentista”. Ao lado de tais governos “a classe trabalhadora e os setores populares

não deixaram de se mobilizar contra a ofensiva do capital”. No Brasil, “a CUT vem protagonizando, junto com centrais sindicais e movimentos sociais parceiros, em defesa dos direitos, da democracia, da Petrobrás e do projeto de desenvolvimento vitorioso nas eleições de 2014”.

Pretende-se que o Congresso aprove como resposta “a luta contra o imperialismo e o neoliberalismo, numa defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores/as, dos direitos humanos, da democracia, da soberania das nações e do processo de desenvolvimento com inclusão social”.

O objetivo principal destas formulações é o de defender o governo de Dilma Rousseff. Essa é a preocupação imediata. Mas se trata da defesa geral dos governos ditos “progressistas”, como da Venezuela, Bolívia e Argentina. Nota-se que há uma distância enorme entre o reconhecimento de que a crise do capitalismo é “longa e intensa” e que o imperialismo avança seu intervencionismo militarista com as respostas, que não passam de repetições do que o PT tem dito durante toda sua existência. A ilusão na constituição do governo do Syriza e nas “novas formas de organização”, como as “cooperativas de ajuda mútua” demonstra a incapacidade e a falta de vontade política da direção da CUT em se apoiar no proletariado para enfrentar a desintegração capitalista e à ofensiva da barbárie imperialista.

Encerrado o período de excepcional crescimento de 2003 a 2008, a burguesia mundial e as nacionais não podem despendar migalhas de suas mesas aos pobres e miseráveis. Está aí por que praticamente se concluíram as experiências de governos como o do chavismo, de nacionalismo mais radical, ou do petismo, que sequer contrariou interesses vitais do imperialismo. Se se quer ser consequente diante da política mundial do imperialismo para a crise, deve-se começar pelo controle que este exerce no interior da economia nacional. Os interesses do capital norte-americano e das demais potências estão visceralmente materializados na estrutura produtiva do País. Em todos os ramos fundamentais, as multinacionais ou têm o controle majoritário, ou quase majoritário. O comércio exterior, em grande medida, está determinado pelo capital estrangeiro. Parte da gigantesca dívida pública, conta com a atuação de especuladores internacionais. Nos setores em que predomina o capital nacional, há uma forte incursão do capital externo. Tomemos o caso, em especial, da Petrobrás. A empresa foi semiprivatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso. O peso dos investidores estrangeiros é considerável. A penetração das multinacionais e do capital financeiro em toda a economia configura o domínio imperialista sobre o Brasil. Sem essa demonstração e sem uma resposta ao controle interno desde fora não se pode travar uma luta consequente contra o imperialismo, pela independência nacional e pela soberania do Estado.

A direção do principal sindicato da CUT, o Sindicato Metalúrgico do ABC, colabora abertamente com os monopólios da indústria automotiva. Há anos, as multinacionais do setor vêm impondo progressivamente o seu plano de flexibilização do trabalho, que não é outra coisa senão quebra de direitos trabalhistas e precarização das condições de trabalho dos metalúrgicos. Se se não combate a partir daí o imperialismo, organizando a classe operária contra a exploração capita-

lista do trabalho, não se pode reivindicar de um programa anti-imperialista. É claro que as potências, tendo à frente os Estados Unidos, não aceitam que se contrarie qualquer que seja o interesse de seu braço financeiro, industrial e comercial. O governo da Venezuela mexeu com interesses sensíveis no setor petrolífero. Mesmo assim não realizou uma nacionalização completa da indústria petrolífera e indenizou as petroleiras na parte em que foram atingidas. Foi exatamente aí que se estabeleceu o conflito. O governo do PT não chegou a esse ponto. Procurou apenas proteger determinados setores da burguesia nacional e projetar o Brasil como caudilho de países latino-americanos. Não foi de agrado do imperialismo, mas não o feriu ao ponto de acicatar Lula como acicatar Chávez.

Diz o documento que na situação de “crise do sistema capitalista, o ideário neoliberal se impõe como pensamento dominante”. No entanto, evita ir a fundo à crítica do Plano Dilma/Levy. Trata-se de uma via ditada pelo capital financeiro e pelos credores internacionais. O ataque à economia nacional e aos explorados é brutal. O que exige estabelecer um vínculo entre as reivindicações mais elementares da classe operária com as bandeiras anti-imperialistas e anticapitalistas.

É nas condições de profunda crise que o nacionalismo e o reformismo, com suas teses do desenvolvimentismo nacional, são postos à prova. Lula chegou ao governo quando afundava o governo neoliberal de FHC. No primeiro ano de governo, seu ministro Palocci manteve integralmente a diretriz neoliberal. O “desenvolvimentismo” com “inclusão social”, nos anos seguintes, só foi possível numa conjuntura de crescimento mundial da economia. Dilma não teve a mesma sorte e concluirá seu segundo mandato como agente do neoliberalismo. O mesmo vem ocorrendo com a Venezuela. É visível o beco sem saída em que está metido o “Socialismo do Século XXI”. O Syriza, por sua vez, se mostrou prematuramente impotente diante do imperialismo. O documento simplesmente se desvia da realidade. Não pode admitir que a variante nacional reformista burguesa não tem como se impor diante do imperialismo. De forma que o documento se nega e se contrapõe à tarefa de formular uma política do proletariado para a crise histórica e conjuntural do capitalismo mundial e nacional.

Sobre a crise do capitalismo no Brasil e suas consequências para a classe operária

Diz o documento que o “cenário econômico e político” é “adverso para a classe trabalhadora” e que será necessário “um posicionamento firme e uma estratégia de alianças e de acumulação de forças para resistir à política de ajuste que transfere para os trabalhadores o ônus da crise econômica com a retirada de direitos (MPs 664-665) e o desemprego”. Que é preciso “resistir e derrotar a ofensiva dos empresários no Congresso (...) (PLC/15) da terceirização”. E “enfrentar a ofensiva da direita para desestabilizar a ordem democrática”. Conclui: “para exigir as mudanças necessárias ao fortalecimento da própria democracia brasileira com a reforma política, a democratização dos meios de comunicação e a reforma agrária, além da continuidade do projeto de desenvolvimento que promova o crescimento, fortaleça a educação, diminua as

desigualdades, amplie inclusão social”. Propõe uma “Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político”.

A CUT esteve subordinada, todo o tempo, ao governo do PT, omitindo-se seu caráter de classe burguês e mascarando-o de popular. Burguês porque administra o capitalismo, é defensor da propriedade privada dos meios de produção e mantém a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida. Não por acaso, o governo Dilma pode perfeitamente assumir as diretrizes econômicas ditadas pelo grande capital, nacional e internacional. A crítica que o documento faz ao governo Dilma de não ter colocado “em prática a agenda vitoriosa no 2º turno” é oca, vazia de conteúdo. A direção da CUT deve explicar porque o governo fez essa virada. A direita burguesa avança justamente porque a esquerda burguesa fracassou em sua política “desenvolvimentista” e de “inclusão social”. O capitalismo na sua etapa última de desenvolvimento imperialista não comporta reformas estruturais e intensifica o seu domínio sobre as semicolônias.

A bandeira da reforma política é uma excrescência. O PT chegou ao governo com a promessa de democratizar o Estado burguês, no entanto se mostrou incapaz de mobilizar as massas contra a burguesia nacional e o imperialismo. Submeteu-se a uma aliança com setores da oligarquia. Afundou-se no pântano do financiamento empresarial para garantir sua existência política. Hoje, paga com denúncias e processos de corrupção movidos pela direita burguesa, a mais corrompida de todas as forças políticas (PSDB/DEM). A proposta de uma Constituinte soberana é diversionista. Uma Constituinte de fato soberana somente é possível com a derrubada da burguesia do poder por meio da revolução proletária. O sonho da reforma política, que permita a participação popular no Estado, é reacionária, uma vez que acoberta o domínio burguês sobre as massas por meio de sua ditadura de classe e alimenta a utopia de um governo popular no capitalismo putrefato.

É claro que a CUT não ia se declarar a favor do ajuste fiscal e das MPs 664-665. Pela linha política do documento e pelo que tem ocorrido na prática, observa-se que a crítica da CUT é formal, não é sincera. Não se pode separar o governo de sua política econômica. Era para a CUT estar em pé de guerra contra o governo de Dilma e contra toda ofensiva capitalista que atinge os empregos, os salários e os direitos trabalhistas. Era para a CUT ter rompido imediatamente com o governo, que se colocou a serviço dos banqueiros e do imperialismo. Pedir ao governo que mude sua política é a confissão da impotência. O documento não dá um sinal sequer de que a CUT está disposta a rever sua política de conciliação de classes.

Conclusão

Se o Congresso da CUT não fosse burocrático e se o documento da direção fosse discutido criticamente nas bases, certamente os delegados o rejeitariam. Diriam que não é possível defender o governo burguês de Dilma, que ataca os explorados. Diriam que não se derrotará a ofensiva da direita burguesa liderada pelo PSDB, defendendo um governo que aplica uma política antinacional e antipopular. Reconheceriam que a política de colaboração de classes da CUT e estati-

zação dos sindicatos tem sido extremamente prejudicial para a classe operária responder com uma política e um programa próprios à crise capitalista e às medidas do governo e da burguesia.

Na situação de crescimento econômico, de 2003-2008, a adaptação dos sindicatos ao governismo ocultou a política nefasta da burocracia sindical colaboracionista. Parecia que a colaboração entre capitalistas e operários, pela intermediação dos sindicatos, fosse boa para as duas partes e que a luta de classes já não era o método para a classe operária se defender e avançar em suas reivindicações. Propagandeava-se que o Brasil havia adentrado em um período de desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda e inclusão social. Essa premissa econômica sustentava a tese da colaboração de classes, como favorável ao capital e ao trabalho. Desenvolvimento sustentável e coexistência pacífica entre exploradores e explorados constituíram o postulado petista. O governo faria sua parte, utilizando-se os recursos do Estado e os sindicatos fariam a sua, convencendo os operários a aceitarem acordos de flexibilização do trabalho. O congresso da CUT está exatamente diante da falência dessa diretriz reformista.

O documento que deveria ser rejeitado reflete o esgotamento dessa política. Se, no passado recente, a CUT abriu mão de direitos trabalhistas e apoiou medidas concebidas pelo capital (layoff, banco de horas, PDV, redução da jornada com redução salarial, terceirização nas atividades meio, etc.) em nome da harmonia entre as classes para se alcançar o desenvolvimento sustentável, agora, tem de fazer o mesmo em nome da defesa de seu despedaçado governo e de um pedido para que o governo aplique a “a pauta vitoriosa nas eleições”. O fato mais recente que indica a continuidade do pressuposto de que a conciliação de classes é boa para todos foi a aprovação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE). A redução da jornada com redução do salário, sustentada pelo governo e pelo FAT, é um golpe tão profundo nos direitos sociais como a Lei da Terceirização e as MPs 664-665.

O congresso da CUT deveria, antes de mais nada, aprovar uma resolução que condena a conciliação de classes, a submissão dos sindicatos à política dos partidos burgueses e a sua estatização. Uma resolução que coloque o rompimento da CUT com o governo Dilma Rousseff e que estabeleça as bases políticas de nenhum apoio a nenhum tipo de governo burguês. Somente assim tem sentido aprovar um plano de reivindicações de defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas. Sobre essa base, a CUT pode de fato se dirigir seriamente às massas camponesas que lutam pela terra e aos movimentos populares urbanos, propondo-se a desenvolver a aliança operária e camponesa. Sem uma ruptura com o governo, sem a quebra da política de conciliação com os exploradores e sem a desestatização dos sindicatos não é possível restabelecer a democracia operária e defender um programa de reivindicações com os métodos da luta de classes. É necessário que a CUT se lance a organizar um movimento nacional, baseado na convocação de assembleias sindicais, populares e camponesas, para a impor as reivindicações dos explorados ao governo e à burguesia.

Propostas de resoluções para o CECUT

I. Responder à crise com a política operária

A crise econômica intensifica os ataques da classe capitalista à classe operária. Cresce a pressão para que os explorados renunciem a direitos trabalhistas e se sujeitem ao aumento da exploração do trabalho. A queda nas vendas e o consequente excedente de produção se convertem em crise industrial, demissões em massa e redução salarial. Tudo indica que a elevação da taxa de desemprego em 2015 está apenas começando. Já se prevê o prolongamento da recessão para o próximo ano. Uma vez que a retração toma conta da indústria, os demais setores da economia também afundam. Setores que pareciam sólidos, como o de serviços, cedem à queda. Estima-se que a construção civil chegou a patamares tão altos graças à especulação imobiliária, o que pode resultar em quebras. A atividade agroexportadora se depara com o estreitamento do mercado mundial e, conseqüentemente, com a redução do valor das commodities. Uma retração na economia agrária, finalmente, configurará uma situação de profunda recessão. Trata-se da crise de superprodução mundial, que arrasta inevitavelmente o Brasil para o precipício.

A burguesia e seus governos não têm outra resposta à anarquia da produção social a não ser destruir parte das forças produtivas e retrocedê-las. O amplo fechamento de postos de trabalho é um de seus sintomas. Se a classe operária e demais explorados não se organizam e não se levantam em luta com sua política e reivindicações próprias, arcarão com a desintegração do capitalismo e com o avanço da barbárie. Toda tentativa de encontrar um caminho com a burguesia e seus governos, por meio da colaboração de classes, servirá tão somente aos interesses dos exploradores.

O Congresso da CUT deve analisar em profundidade o desenvolvimento da crise estrutural do capitalismo, separando a política pró-capitalista de conciliação de classes da política anticapitalista de luta de classes. É preciso derrotar a política que renuncia à defesa das reivindicações da classe operária e impede que os sindicatos sirvam de instrumento da ação unitária contra todas as medidas que afetam os empregos, os salários, os direitos trabalhistas e as condições de existência dos assalariados. Somente a resposta classista à crise e às medidas da burguesia e de seus governos servirá à organização independente do movimento de massas.

Cabe aos delegados aprovarem:

1. Nenhum apoio ou concessão às medidas governamentais e patronais que sacrificam empregos, salários, direitos trabalhistas e condições de vida dos explorados;

2. Aprovar um plano de reivindicações da classe operária, que responda à crise capitalista e defenda a vida das massas.

II. Unidade operária, camponesa e popular

Vêm ocorrendo greves e manifestações de resistência aos ataques da burguesia, mas fragmentadas. Diante de uma crise tão destrutiva, a resistência isolada não tem força, não é capaz de impor derrota aos exploradores e aos governos. A fragmentação e o isolamento, no entanto, expressam a ausência de uma política geral no seio da classe

operária. A CUT foi constituída numa situação de avanço das massas, que suportaram 20 anos de ditadura militar. Correspondeu à necessidade de centralizar nacionalmente os sindicatos em uma só força. Não tem cumprido esse objetivo. Isso explica, em parte, o divisionismo e a proliferação de centrais. O fortalecimento da direita sindical, representada pela Força Sindical, contribui para o estilhaçamento do movimento operário. A própria CUT sofreu três cisões, que deram lugar a CSP-Conlutas, a Intersindical e a CTB. O objetivo histórico de centralizar e dirigir nacionalmente as forças da classe operária e dos demais oprimidos por meio de uma única central sofreu um golpe com o divisionismo que se seguiu à formação da CUT. Trata-se de um fenômeno da burocratização e da estatização dos sindicatos. A ausência de um sindicalismo coeso, independente e de luta é parte da crise de direção revolucionária. É diante da grande ofensiva da burguesia contra as massas, internacional e nacionalmente, que os explorados sentem a necessidade de uma direção política que os unifique em torno de um programa próprio.

O Congresso deve avaliar não apenas a conduta da CUT, mas também das demais direções que encabeçam outras centrais. A defesa que a Força Sindical fez do PL 4330 da terceirização é uma traição. A propaganda nas fábricas de que a terceirização servia aos interesses dos assalariados foi uma falsificação criminoso. O apoio de sindicatos a medidas impostas pelo patronato promove a divisão no seio da própria classe operária. Basta que o Congresso analise o que vem ocorrendo diante das demissões no ramo metalúrgico, em particular nas montadoras, para se chegar a essa conclusão. O problema não para aí. Em torno dos governos, as direções sindicais se dividem e dividem a classe. É inevitável que a política de apoio ou de oposição eleitoral a qualquer governo burguês se converte em divisão e trava ao movimento operário. A política de unidade da classe operária exige a independência dos sindicatos e da central diante do Estado, dos partidos e dos governos da ordem capitalista. Se a classe operária não se organiza no seu terreno próprio e com suas próprias reivindicações não tem como se colocar diante dos camponeses pobres e oprimidos em defesa de uma aliança contra os seus opressores. Não pode também assumir as reivindicações dos movimentos populares (habitação, saúde, educação, etc.) e da juventude, que arca com a barbárie capitalista.

Está colocado para o Congresso aprovar a seguinte resolução:

1. Organizar uma campanha nacional contra as MPs 664-665, a Lei da Terceirização e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE);

2. Responder às medidas de flexibilização do trabalho (lay-off, terceirização, redução da jornada com redução de salário, banco de horas, PDV) e as demissões com reivindicações que defendam de conjunto os assalariados;

3. Convocar todos os sindicatos e centrais para que constituam uma frente única em defesa do plano de reivindicações nacional. Preparar as condições para a realização de uma greve

ve geral pelas bandeiras de defesa da vida dos trabalhadores e juventude;

4. Travar o combate político e ideológico pela unidade das organizações operárias e contra o divisionismo, em defesa de uma única central, democrática, classista e independente;

5. Rechaçar a política sindical que submete as organizações operárias aos partidos da ordem capitalista, os governos e o Estado;

6. Apoiar a luta camponesa pelo fim dos latifúndios e pela reforma agrária com a aliança operária e camponesa.

III. Plano de reivindicações

Sobre a base das resoluções anteriores, defendemos que o Congresso aprove um plano de reivindicações, que responda à crise capitalista, à crise política, à exploração do trabalho, à opressão sobre os camponeses, às discriminações, à pobreza, à miséria dos explorados e a opressão imperialista.

1. Diante da crise econômica e política: a) defender a independência de classe dos explorados diante das disputas interburguesas pelo poder do Estado; b) erguer a bandeira de oposição revolucionária ao governo Dilma Rousseff; c) desmascarar a política burguesa antinacional e antipopular da oposição, chefiada pelo PSDB; d) Organizar o movimento operário e popular sobre a base de reivindicações e de seus métodos próprios de luta (ação direta); e) vincular as reivindicações econômicas e políticas da classe operária com a estratégia da luta revolucionária pelo poder, pelo governo operário e camponês; f) trabalhar pela unidade dos explorados em torno das reivindicações comuns, aplicando a tática da frente única sindical;

2. Responder aos crimes da burguesia e de seus representantes com a constituição de um Tribunal Popular: a) denunciar a corrupção como inerente ao capitalismo e ao seu Estado; b) demonstrar que a Justiça, a polícia, os tribunais da burguesia e o Congresso Nacional jamais investigarão e julgarão com isenção os crimes de corrupção do poder econômico, dos partidos e da burocracia estatal; c) por um Tribunal Popular, criado a partir da mobilização operária, camponesa e demais oprimidos.

3. Diante das medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais do governo: a) derrubar com greves, ocupações de fábricas e nas ruas o PL 4330, as MPs 664/665 e o PPE; b) fim do ajuste fiscal voltado ao sacrifício dos explorados. Que os capitalistas arquem integralmente com a crise do sistema de exploração do trabalho; c) que as centrais sindicais rompam com o governo ou com a oposição burguesa, colocando-se no campo da independência política e organizativa da classe operária; d) que se coloquem em frente única na defesa das reivindicações dos explorados e com o método da ação direta; e) fim das privatizações e recuperação das estatais por meio da expropriação sem indenização.

4. Defesa dos empregos: a) por uma campanha em defesa dos empregos e dos salários: fim das demissões, nada de PDVs, nada de lay-offs, nada de PPE – pela estabilidade no emprego e controle operário da produção Redução da jornada sem reduzir os salários. Emprego a todos – escala móvel das horas de trabalho. Defesa dos salários contra a alta infla-

cionária e do custo de vida: a) Reposição das perdas, aplicando-se a escala móvel de reajuste salarial; b) salário mínimo vital, que em nossos cálculos é de R\$ 4.600,00, com escala móvel de reajuste.

5. Defesa das condições de vida dos explorados: a) por uma campanha junto à classe operária em defesa do movimento de ocupação de áreas urbanas e prédios pelos sem-teto; b) que os sindicatos apoiem efetivamente com todos os meios a luta dos sem-teto; c) que os sindicatos denunciem e organizem os trabalhadores contra a ação judicial e policial de despejos constituindo comitês contra a criminalização e repressão aos movimentos; d) que os sindicatos assumam a luta por um sistema único, estatal, gratuito de saúde, educação e transporte, sob controle operário. Expropriação e estatização dos sistemas privados.

6. Diante da luta dos sem-terra e dos assentados: a) defender junto à classe operária as reivindicações camponesas e auxiliar a sua luta contra os ataques do Estado, do latifundiário e do agronegócio; b) trabalhar pela unidade operária e camponesa – nacionalização das terras e entrega aos camponeses; c) organizar o operariado agrícola sobre a política da aliança operária e camponesa.

7. Diante das opressões e das discriminações: a) estabelecer que somente com a revolução proletária, expropriação dos meios de produção e organização socialista se criarão as condições materiais para se erradicar todas as formas de opressão da sociedade de classe; b) considerar as reivindicações particulares como parte do programa proletário de combate ao capitalismo; c) responder de conjunto a todas as formas de discriminação e opressão: emprego a todos; trabalho igual, salário igual; acesso integral à educação e à saúde; fim da violência policial; fim da violência familiar; proteção integral à maternidade; direito ao aborto com assistência médica pública e fim da violência e perseguição aos homossexuais.

8. Diante da estatização dos sindicatos, do avanço da burocratização e da proliferação de Centrais sindicais: a) lutar pela constituição de uma direção classista e revolucionária que encarne a defesa do programa de independência dos sindicatos; b) organizar os sindicatos sobre a base da democracia operária – assembleias soberanas, direito de expressão da oposição, eleições sindicais regidas pelo direito de oposição; c) superar o divisionismo e a fragmentação do movimento operário – por uma única central operária, classista, democrática e independente.

9. Defesa do direito irrestrito de greve, manifestação e organização dos explorados: a) revogação das leis que cerceiam as liberdades políticas e organizativas da classe operária; b) fim das perseguições e processos judiciais contra os sindicatos e manifestantes; c) libertação dos presos políticos; d) direito de autodefesa.

10. Combater a ofensiva privatizante e antinacional: a) rechaçar os programas de privatização de portos, aeroportos, rodovias, metrô, ferrovias, etc.; b) defesa da Petrobrás, sob a bandeira de nacionalização total do petróleo e da indústria petrolífera, sem indenização; c) recuperação das estatais privatizadas, Vale do Rio Doce, CSN, etc.; d) imposição do controle operário sobre as empresas estatais.

Reunião unificada RJ-SP: Unidade para combater a repressão do Estado policial

A reunião ocorreu no dia 8 de agosto e contou com a participação de aproximadamente 30 pessoas. As organizações presentes: Comitê dos Presos Políticos-RJ, Assembleia Popular da Cinelândia, Resiste Maracanã (movimento indígena), Favela não se Cala, POR e Comitê Contra a Repressão-SP. Foi dado o informe que alguns presos políticos não compareceram por restrições legais.

O Comitê-SP apresentou um breve histórico de sua origem junto ao movimento estudantil que sofria forte repressão do Estado e das reitorias. Alertou sobre o aumento da repressão diante da crise capitalista e colocou a necessidade de organização dos movimentos sociais para resistir e se auto defender. Nesse sentido, os Comitês cumprem um papel importante de frente única contra a repressão.

Os presos e processados políticos do RJ apresentaram vários relatos da violência por eles sofrida: mandato de busca e apreensão, uso de fuzil, invasão de suas casas, de parentes e amigos a fim de procurar os foragidos políticos e provas criminais, o papel da DRCI (Delegacia de Repressão a Crimes de Informação), a tentativa da Justiça de aumentar a pena por meio de novas acusações sob o mesmo processo, como a corrupção de menores.

A avaliação comum foi que a unidade entre os movimentos era necessária diante da tendência a aumentar a repressão, visto os últimos fatos ocorridos no Rio de Janeiro, a Lei de redução da Maioridade Penal, a votação da Lei Antiterrorismo, por

Abaixo, boletim do Comitê Estadual de Luta contra a Repressão SP apresentado no encontro do Rio de Janeiro

Cresce a repressão dos governos e dos capitalistas sobre os movimentos sociais e ativistas:

Responder ligando a defesa dos lutadores às reivindicações e métodos de luta próprios dos trabalhadores

Rio de Janeiro: cresce a repressão contra as greves, as manifestações e moradores dos bairros pobres

No dia 5 de agosto, ocorreu a última audiência do processo político contra os 23 ativistas presos no dia da final da Copa do Mundo. Elisa e Moa foram ouvidas. Foram decretadas as prisões destas ativistas, que foram forçadas a manterem-se na clandestinidade e do ativista Igor Mendes, que permaneceu encarcerado no complexo penitenciário de Bangu por 7 meses. O STJ concedeu o habeas corpus que anulou o decreto de prisão promovido pelo Juiz Flavio Itabaiana contra os 3 ativistas, mas o processo continua. E a luta contra ele também!

No final de abril, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) efetuou a demissão de 50 garis que lideraram a greve da categoria no Rio de Janeiro por salários dignos e melhores condições de trabalho. A greve aconteceu em março deste ano e reivindicava reajuste salarial de 8%, além de outros benefícios. No acordo final ficou acertado que os dias de paralisação seriam repostos e que não haveria demissões, mas a Comlurb descumpriu esse acordo e demitiu, alegando “justa causa”, estes trabalhadores que estiveram na linha de frente da greve. As demissões são mais um ato de represália do prefeito Eduardo Paes e da Comlurb que de forma arbitrária e antidemocrática visa a atacar a organização sindical e o direito de greve.

No dia 28 de maio de 2014, os professores das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro foram atacados e duramen-

isso saudaram a reunião entre o Rio de Janeiro e São Paulo.

Propostas aprovadas: 1) Boletim unificado, relatando a repressão policial sofrida pelos movimentos sociais, a violência contra o movimento sindical, por meio da lei anti-greve, perseguições e demissões políticas e a defesa do direito democrático de se organizar e manifestar. 2) Processo Coletivo contra o Estado: fazer um levantamento das ilegalidades da Justiça e da polícia a fim de abrir um processo do movimento contra o Estado. 3) Criação do Comitê Contra a Repressão-RJ, a ser discutido no interior das organizações do Rio de Janeiro. 4) Cartaz. 5) Vídeo contra a Lei Antiterrorismo. 6) Ato no dia da votação da Lei Antiterrorismo: dia 11/8 em frente à Globo-RJ. 7) Pauta para a próxima reunião: ato unificado, campanha contra a Lei Antiterrorismo, Carta Aberta à população e debates. 8) Próxima reunião RJ-SP: dia 5/9 às 16h – Sinsprev-RJ.

O POR convida os movimentos a estarem nessa reunião unificada do dia 5 de setembro e comparecerem na reunião do Comitê estadual de Luta Contra a Repressão-SP, que ocorrerá no dia 29 de agosto. É necessária a organização da luta nos bairros, nas escolas e nos locais de trabalho contra o Estado policial, que fará uso de sua força repressiva para conter a luta de classes, que tende a se intensificar diante das condições de vida cada vez mais difíceis pelo desemprego, arrocho salarial, carestia de vida, fome é a miséria.

te reprimidos pela tropa de choque, a mando do governo. Os professores foram agredidos por policiais militares com escudos, cassetetes e sprays de pimenta, e empurrados para que saíssem da Av. Presidente Vargas, próximo à sede da prefeitura. Não existe direito de greve sob tamanha repressão.

Em maio deste ano, moradores da favela metrô Mangueira e estudantes da UFRJ que se solidarizaram a eles contra a repressão policial foram agredidos e perseguidos até dentro da universidade.

Do ano passado para este, subiu em 128,5% o número de mortes pela polícia na capital carioca, nos chamados “autos de resistência”. É nos bairros Pavuna, Costa Barros, Penha, Alemão, Rocha Miranda, Madureira e Jacarepaguá que se concentram os maiores crescimentos de assassinatos. Policiais das chamadas UPPs (unidades “pacificadoras”) estão envolvidos em grande parte dessas mortes.

Em São Paulo, a repressão continua

Em São Paulo, o movimento estudantil continua sob ataques. Os processos da USP da reintegração de posse da reitoria ocupada em 2011 continuam. Assim como os da reintegração de posse da Moradia Retomada de 2012, onde 11 estudantes foram presos no domingo de carnaval por lutarem pela permanência estudantil e contra a perseguição política dentro da moradia estudantil. Atualmente, três diretores do DCE sofrem processos administrativos pela ocupação e inviabilização do

conselho universitário pelo movimento negro e trabalhadores que ocorreu em abril e onde se discutiria o estatuto da USP sem levar em conta as demandas dos estudantes e trabalhadores.

Os 100 processos administrativos contra os lutadores da Unesp por conta da greve com ocupação de 2013 foram suspensos mas podem retornar a qualquer momento.

Os processos criminais sobre estudantes da Unifesp de Guarulhos estão em segunda instância. 27 deles que participaram do movimento de greve com ocupação da diretoria acadêmica por condições de estudo foram condenados em primeira instância a pagar um salário mínimo ou serem presos por 15 dias. A Unifesp de Guarulhos processa mais estudantes do que forma. O Comitê tem uma campanha financeira para arrecadar fundos para os gastos processuais dos lutadores. Na Baixada Santista, 7 estudantes estão sofrendo processo criminal por se manifestarem contra racismo institucional. Os depoimentos ocorrerão nos dias 12 e 20 deste mês.

Ainda em São Paulo, as desocupações pela polícia de prédios no centro ocorrem de forma recorde. A comunidade de Banhado em São José dos Campos, por onde vai passar uma nova rodovia, promete ser um novo Pinheirinho.

Impulsionar e unificar os movimentos, essa deve ser a nossa resposta

Cada vez mais, as greves são reprimidas policialmente e pelo judiciário. Foram 42 demitidos do metrô de São Paulo no ano passado, 50 garis demitidos no Rio de Janeiro em retaliação ao movimento grevista vitorioso do ano passado, a dura

Segundo depoimento de Cláudio – Gari do Rio de Janeiro Demitido por justa causa: formação de quadrilha por participar da greve de 2014 24 anos de direitos trabalhistas que a burguesia arrancou

Prestei o concurso de gari e comecei a trabalhar em 1990. Logo no primeiro ano teve greve, participei movido pela indignação. O explorado sente que é explorado e procura um caminho para melhorar a categoria. Temos sempre que pensar na categoria, do contrário, começa a buscar cargo, que não resolve o problema de todos. Fui à greve sem saber direito o que estava fazendo. A partir de um certo momento o sindicato mandou voltar ao trabalho. Os trabalhadores acataram.

Alguns anos depois comecei a fazer uma faculdade. Não deu muito certo. Tentei a faculdade pública e me disseram que eu ganhava muito bem e que não tinha vaga para mim. A UERJ é uma faculdade pública que deveria ser destinada aos mais pobres, mas tinha um monte de carrão. Não consegui fazer inscrição na UERJ, então tentei na particular. Comecei a cursar direito da Estácio de Sá. Não consegui pagar e tive de parar.

Estudava e a noite tinha de trabalhar, sem comer, sem jantar. Chegava em casa e tinha que dormir. Comecei a adotar o seguinte cálculo: 8 horas de sono. É possível. 8 horas de trabalho. Também é possível, tem até mais. 8 horas de lazer. É utopia.

Eu tinha algumas perguntas sem resposta, como do porquê alguém fazia estripulia: trocar de carro, viagem à Europa. Passei a me colocar contra, tamanha era a revolta que gerava. Por meio da procura de respostas a certos questionamentos é que passamos a participar dos movimentos. Muitas vezes eu me questionava o que eram reivindicações e percebi que elas são obrigações do Estado.

Vários companheiros tinham essa indignação e revolta da forma como éramos tratados. Hoje eu vejo que ocupar as ruas é a arma do trabalhador. Agora que tenho esse conhecimento, tenho de falar com meus colegas: fazer greve, protestar, ir às ruas. Era isso que eu falava em 2014.

repressão sobre os lutadores da educação no Paraná no primeiro semestre, dentre outros muitos exemplos.

A juventude sofre com a falta de emprego e estudo e com a intensificação da opressão do estado que visa a conter sua revolta tão justificada. Nas periferias, a juventude negra é massacrada diariamente. No Rio, com as UPPs “pacificam” com o terror.

Porém, mesmo com o quadro repressivo generalizado, e que promete aumentar, as massas exploradas tendem a continuar indo às ruas defendendo suas reivindicações. É importante que a nossa luta contra a repressão seja uma luta de todos os movimentos e que se dê a partir da defesa das reivindicações e métodos de luta atacados pelos governos. Porque é disso que se tratam todos os processos, prisões e a criminalização em geral: ataques aos métodos de ação direta e às reivindicações que os governos não podem atender por estarem comprometidos com a classe dominante. Por serem instrumentos da dominação burguesa.

Unidade na luta contra a repressão com a defesa das reivindicações e métodos de luta dos movimentos!

Pelo fim de todos os processos contra estudantes e trabalhadores!

Liberdade imediata de todos os presos políticos!

Pelo fim do genocídio da população preta e pobre das periferias!

Pelo fim do genocídio dos trabalhadores do campo e indígenas!

Comitê Estadual de Luta contra a Repressão
de São Paulo – Agosto de 2015

Começamos a nos reunir. Houve quatro a cinco reuniões na Central do Brasil. Resultado: a data base era em maio, os companheiros abraçaram a causa e marcaram as atividades, como se encontrar na porta da prefeitura. A coisa cresceu e tomou grandes proporções. Reivindicávamos para todo mundo. Falava para os companheiros: amanhã traz outros colegas, dois ou três. A massa explorada vai fazer a luta caminhar.

Poderíamos ter conseguido mais de 34%. Não participei das mesas de negociação, por falta de prática. Se eu estivesse lá, não teria deixado aceitar qualquer migalha. Por que o que nos deram foi migalha, perto dos 515 anos de exploração. Deve se sentar na mesa de negociação para fazê-los se curvar.

Depois que fomos demitidos, fomos ao sindicato cobrar cesta básica e ajuda jurídica, mas o comportamento do sindicato nos deixa revoltado. O sindicato nunca fez nada pela base. O sindicato leva o dinheiro da categoria, armam um esquema de cadastro diplomático sem avisar o trabalhador do desconto, proíbem participação das eleições, falam em dissídio coletivo, mas nunca ninguém era convidado a decidir nada. Mas o sindicato é do trabalhador, temos é que saber tirar das mãos dessa corja. O sindicato é um instrumento de luta. É uma arma. Quando tomei consciência fui me sindicalizar.

Hoje, a minha vontade é de expandir a nossa luta, fazer com que esse mundo se rebele. Não adianta que só eu tenha vitória. Temos de fazer com que todos caminhem. Fazer com que todos vejam como as pessoas são exploradas, sacrificadas para manter esses pilantras. País democrático é hipocrisia pura. A riqueza é concentrada nas mãos de 2% ou 3%, se muito.

Cláudio Gari Maratona

Barbárie capitalista: represália policial chacina 19 na região de Osasco

No último dia 13/08, em diferentes locais das cidades de Osasco e Barueri, num raio de seis quilômetros, foram assassinados 19 moradores, a maioria em bares. As execuções foram feitas por homens mascarados, de coturnos, que agiam em grupo de forma organizada, enquadravam as pessoas perfiladas junto à parede, e as matavam com armas de uso exclusivo da polícia, deixando as cápsulas das balas que as identificavam espalhadas nos locais. Também não havia preocupação com as câmeras que filmaram as ações. Todas essas evidências indicam que as execuções foram feitas por policiais, que fizeram questão de deixar isso claro, cobrindo apenas os rostos por precaução quanto a retaliações individuais. Seus alvos eram aleatórios, a grande maioria dos mortos não tinha passagem pela polícia e estava empregada.

A chacina foi uma retaliação ao assassinato de um cabo da polícia militar num assalto a um posto de gasolina em Osasco na semana anterior, e também à morte de um guarda civil em Barueri na véspera.

Os policiais organizaram a chacina e realizaram livremente. Ficou evidente que durante as duas horas de ação assassina foram feitos vários chamados à polícia, que chegou seguidamente atrasada e jamais se aproximou do carro que tinha sido precisamente identificado nos locais.

A liberdade de ação policial criminosa ocorre sob o estímulo da justiça burguesa, que tem inocentado todos os assassinatos da polícia, como aconteceu quando o camelô no bairro da Lapa em São Paulo foi assassinado por um policial em frente a uma

Mossoró-RN

Vice-prefeito do PT faz demagogia com a vida dos trabalhadores

O prefeito de Mossoró, Francisco José Jr. (PSD), anunciou o rompimento da aliança do seu partido com o PT. O motivo girou em torno da regulamentação dos ônibus e táxis da cidade.

O PT e o PSD têm acumulado, nesse último período, vários conflitos. Um deles foi a nota da Articulação de Esquerda (PT) criticando a festa junina tradicional da cidade, organizada pela prefeitura. A AE/PT criticou a prefeitura como se não fosse parte do governo municipal e, inclusive, o secretário de cultura como não fosse do PT. Se não bastasse, o PT foi pressionado pela sua base e teve de encabeçar a luta dos servidores municipais, que dirige (Sindserpum – sindicato dos servidores públicos municipais) por aumento salarial, onde criticava o prefeito, mas esquecia, propositadamente, quem era o vice.

O ato do executivo que regulamenta a atividade dos taxistas criou dificuldades para a legalização do serviço, onerando os trabalhadores. Em relação aos ônibus, o executivo municipal concedeu um aumento de cerca de 30% na tarifa, que foi de 2 reais para 2 reais e 60 centavos. A tarifa da capital, muito maior do que Mossoró, é R\$ 2,65. A prefeitura agora vai pagar os 60 centavos para os empresários de ônibus e a população continuará pagando os dois reais.

Luís Carlos (PT), vice-prefeito de Mossoró/RN, assumindo a Prefeitura na ausência do prefeito por 10 dias, aproveitou-se da ocasião e desfez o ato do executivo. No retorno, ao reassu-

multidão de pessoas. Poucos dias depois, o policial foi inocentado pela justiça, o que foi entendido como uma carta branca para que ele e todos os seus colegas prossigam nos assassinatos. O estado policial e os governos incentivam a repressão à população empobrecida nas periferias das cidades.

Os autos de resistência, que registram os assassinatos cometidos por policiais supostamente em conflitos armados, aumentaram 74% no ano passado em São Paulo, assim como em outras cidades, como no Rio de Janeiro, onde aumentaram em 50% só no primeiro semestre deste ano.

A PM é uma criatura da ditadura militar, foi formada para ser o cão de guarda da burguesia contra os trabalhadores. Sua preservação depois do fim do regime instalado pelo golpe de 1964 atende aos interesses repressivos patronais. A máquina de matar, constituída como organização criminosa, acaba realizando seus crimes particulares, ligando-se ao tráfico, contrabando, roubo e extermínio.

Não é possível reformar essa organização criminosa. É preciso lutar pelo seu fim, como parte da defesa dos direitos democráticos dos explorados.

A punição dos assassinos dos 19 de Osasco e Barueri não será realizada nem pela investigação policial, nem pelos tribunais que lhes dão carta branca para matar. Somente as massas oprimidas, mobilizadas ao redor de suas reivindicações e com seus métodos próprios de luta, colocarão em pé os Tribunais Populares que julgarão e punirão de verdade a burguesia e seus cães de guarda assassinos.

mir a prefeitura de Mossoró, o prefeito Francisco José Jr. (PSD) irá republicar o seu ato executivo, tornando sem efeito a atitude do vice-prefeito Luís Carlos (PT).

A conduta do vice-prefeito Luís Carlos (PT) poderia ter sido importante ato de resistência à política antitrabalhadora do prefeito Francisco José Jr., se não fosse demagógica. Luís Carlos (PT) não teve a intenção de defender a vida dos trabalhadores taxistas e usuários do transporte coletivo. Pois, tinha consciência de que com o retorno do prefeito tornaria sem efeito a sua atitude. A intenção do reformista é desgastar o prefeito e se potencializar eleitoralmente para 2016. Se Luís Carlos (PT) fosse consequente, utilizaria os sindicatos (que são vários) que o PT dirige e organizaria a luta dos movimentos sociais contra a política do prefeito do PSD, Francisco José Jr.

O PT nega a luta coletiva organizada dos trabalhadores nas ruas (a ação direta) e se põe pela via institucional, por dentro do Estado burguês.

Os trabalhadores precisam superar suas ilusões democráticas burguesas de que os seus problemas serão resolvidos com governos burgueses ou pró-burgueses. É preciso retomar em suas mãos a solução dos seus problemas e priorizar a ação direta de massas ao invés do sistema eleitoral burguês. Para isso, novas direções sindicais precisam ser construídas. O POR convoca os trabalhadores a construírem as frações revolucionárias em suas categorias, superando as ilusões no petismo.

Direção regional do Sinte/RN usa de artifício para se perpetuar

As eleições para escolha da direção regional do SINTE/RN estavam previstas para o segundo semestre de 2014. Na ocasião, estavam em curso as eleições para Presidente da República e outros cargos do Executivo e Legislativo nacional e estadual. O processo eleitoral do sindicato acabou não sendo encaminhado, sob a alegação por parte dos dirigentes (PT), de que estavam envolvidos na campanha dos seus candidatos.

Ora, no momento em que esses dirigentes escorregam em suas tarefas sindicais para priorizar as eleições de candidatos do PT e aliados, eles estão priorizando as eleições presidenciais e parlamentares, e deixando de lado assim, as responsabilidades que assumiram com a categoria de profissionais da educação e suas bandeiras sindicais. Além disso, estão alimentando falsas ilusões nos professores ao fazer crer que a luta direta da categoria deve ser preterida em nome de eleger candidatos do reformismo. Dessa maneira, as eleições sindicais foram adiadas até junho de 2015.

Postura do PCdoB nas eleições

Em novembro de 2014, em uma assembleia esvaziada, a direção do Sinte (PT) propôs a prorrogação do seu mandato com o agendamento das eleições para o primeiro semestre de 2015. Na ocasião, nossa corrente foi a única a alertar essa postura golpista e se posicionou contra. Os demais a aprovaram, inclusive o PCdoB.

As eleições finalmente foram marcadas. Para ocorrerem juntamente com o processo da eleição para escolha da direção Estadual. Vendo que não teriam chance de desbancar todo o grandioso apa-

rato do PT, os militantes do PCdoB entraram com ação na justiça para impedir o pleito. Essa conduta burocrática é típica do estalinismo decadente. PT e PCdoB passaram a trocar acusações, quando na verdade, ambos são praticantes de uma mesma política.

Entendemos que o uso da justiça burguesa contra a organização dos trabalhadores é uma atitude extremamente condenável. Quem deve decidir os problemas no nosso sindicato são os próprios trabalhadores, de modo algum podemos convocar a justiça burguesa para intervir, isso fere a autonomia de classe.

Devemos construir uma alternativa revolucionária

A tese que a direção (PT) assume para si é a seguinte: se mais deputados e senadores do Partido dos Trabalhadores entrarem no Congresso Nacional, eles poderão defender os interesses dos educadores por lá. Portanto, para esses dirigentes, se deve abandonar provisoriamente a luta direta em favor da eleição parlamentar.

A história mostrou que é impossível fazer reformas no capitalismo podre. Que o grande capital se impõe perante os interesses regionais. E que a burguesia usa todas as suas artimanhas para bancar os seus privilégios, e quase sempre isso representa atacar direitos da classe trabalhadora. Essa postura conduz à conciliação de interesses, que é nociva à vida das massas. A CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO denuncia essa forma de agir e convoca os professores e profissionais da educação para construir uma fração revolucionária na educação.

Vanguarda forjada na greve atropela burocracia governista da APEOESP no Litoral Norte

No dia 06/08, ocorreu na Subsede da APEOESP de Caraguatuba a primeira reunião de Representantes de Escola (RE) após a combativa greve de 92 dias.

O primeiro ponto de pauta foi sobre conjuntura. A direção majoritária (PT e PCdoB) defendeu que diante da crise política e do avanço da “direita” na tentativa de desestabilizar o “progressivo governo dos trabalhadores” é necessário tirar uma resolução de defesa da democracia, leia-se, do governo do PT. A plenária rechaçou tal bandeira, fundamentando que se trata na verdade de uma disputa interburguesa e que os sindicatos e movimentos sociais não podem subordinar a sua atuação ao apoio a uma ou outra fração da burguesia em disputa pelo aparato estatal; que o governo federal tem atacado os operários e as massas como um todo, a exemplo das MPs 664 e 665 que quebraram direitos trabalhistas e previdenciários e o recente “Programa de Proteção ao Emprego” (PPE), que reduz os salários; e que os sindicatos e movimentos sociais devem expressar uma política de independência de classe da burguesia e dos seus governos e levantar suas reivindicações próprias em defesa dos salários e emprego.

O segundo ponto foi sobre a reposição de aulas. A plenária debateu como enfrentar a postura intransigente do governo, que está fazendo da reposição de aulas um castigo aos grevistas. Aproveitou-se a importância das comissões de visita às escolas onde os professores estão tendo mais dificuldades na reposição de aulas.

O terceiro ponto foi sobre um problema decorrente da greve de 2012, ocorrida no município de Ilhabela. Naquele ano, o governo

municipal aplicou a jornada do piso no início do ano e dois meses depois voltou atrás, gerando uma diminuição salarial de até 700 reais. Diante desta medida, os professores decidiram realizar uma paralisação de dois dias. O prefeito reprimiu duramente os grevistas e demitiu 4 professores que estavam à frente do movimento, incluindo uma professora grávida. Diante do duro ataque sofrido e da inércia do jurídico da APEOESP na região, os professores decidiram buscar um auxílio jurídico particular, enquanto a advogada da APEOESP da região não assumisse o caso. Eis que este ano a advogada particular que assumiu o início do caso cobrou judicialmente o pagamento dos honorários, R\$ 9.000 ao todo. O entendimento da maioria dos presentes na reunião foi de que se tratou de uma cobrança que deveria ser paga pela APEOESP, já que não seria justo recair a dívida sobre a vanguarda do movimento, que conquistou a aplicação correta da jornada do piso para o ano seguinte à custa dos seus empregos. No entanto, a mesa da reunião, composta pela burocracia governista, recusou-se a encaminhar a questão para votação. Iniciou-se um impasse que durou por volta de 15 minutos e só terminou quando a plenária se encaminhava para mudar a mesa. Neste momento, a burocracia aceitou votar e a plenária por consenso aprovou que a APEOESP pague os honorários advocatícios (até a burocracia votou junto, tamanha a pressão).

O quarto ponto foi a votação pela reintegração de um professor Conselheiro Estadual pela Corrente Proletária na Educação, que foi destituído do cargo sindical de maneira burocrática. O professor exonerou do cargo no município de São

Sebastião para tratar da saúde de um parente doente, no entanto, se comprometeu a dar aula como eventual assim que a greve acabasse, de forma a manter o vínculo como professor. A burocracia da região ao saber do fato entrou em contato com a Secretaria de Organização da Apeoesp que sumariamente destituiu o militante do cargo. Interessante notar que esta mesma Secretaria não tem a mesma prontidão com os conselheiros que furaram a greve, a maior parte vinculada ao PT e PCdoB. A Plenária votou, por maioria esmagadora (com apenas uma abstenção), pela reintegração do professor como Conselheiro Estadual.

Por fim, a oposição encaminhou que a subsele destine 30% do seu orçamento para um fundo de greve regional. A burocracia se opôs com o argumento de que o orçamento da subsele

já está comprometido até 2016 com o pagamento de dívidas da greve para a sede central. O fato é que boa parte do orçamento da subsele vai para as mãos dos burocratas, sem qualquer aprovação ou controle pelos professores de base. Neste sentido, quanto mais se gasta com boletins, passagens em escola, com lutas, menos dinheiro vai para os bolsos desta camarilha parasitária. A maioria esmagadora da plenária aprovou o fundo de greve de 30%.

Ao final da reunião, os setores da oposição fizeram uma plenária e avaliaram a importância da atuação sindical para combater a burocracia. Na greve, despontou uma vanguarda combativa que possibilitou que os dirigentes carreiristas não conseguissem manobrar a reunião e garantiu que se expressasse a democracia sindical.

Unifesp-SP: boletim da Corrente Proletária Estudantil

Manutenção da greve contra o ajuste fiscal para conquistar as reivindicações não atendidas! Impedir que o governo federal vença pelo cansaço e isolamento o movimento dos estudantes e trabalhadores!

Pela manutenção da greve estudantil em unidade com os técnicos administrativos. A greve nacional das federais e do funcionalismo público se mantém e tem avançado para métodos radicalizados com ocupações e bloqueios de avenidas – como a marchada da FASUBRA que sofreu repressão policial ou a ocupação da secretaria da educação na Bahia. O atendimento das reivindicações dos estudantes da Unifesp de Guarulhos depende fundamentalmente da derrota da política de ajuste fiscal do governo, que tem como uma de suas metas os cortes sociais bilionários, como os mais de R\$10 bi na educação, causa da retirada da nossa Ponte Orca.

A intransigência do governo demonstra o pulso firme com que sustenta sua política austera. Demonstra também que para derrotá-lo será necessário unificar todo o movimento das universidades – técnicos, estudantes e professores – pela via da ação direta dos bloqueios de rua. A limitada pressão parlamentar não pode conduzir o movimento à vitória.

A greve dos estudantes da Unifesp deve ser parte da greve nacional. Sua manutenção implica diretamente no fortalecimento do movimento nacional. Seu encerramento contribuiria para seu enfraquecimento e para a manutenção das péssimas condições de estudo e trabalho na universidade.

Real conteúdo da defesa de fim da greve

As correntes pequeno burguesas, como o PSol e o PSTU que há muito vêm defendendo o fim da greve, se postam como instrumentos de conciliação com o governo e sua política de ajuste fiscal. Diante de um ataque tão profundo à educação pública, não há nenhuma outra saída que não seja a da mobilização radicalizada. Ser contra a greve significa se curvar ao governo reacionário e dar às costas às necessidades mais ele-

mentares dos estudantes.

Reitora do PSol é correia de transmissão do ajuste fiscal do governo

Cai a máscara de Soraya Smaili. A reitora se apresenta como do diálogo e da pluralidade, mas diante da greve dos estudantes e dos técnicos agiu para derrotá-los. Não devolve a Ponte Orca aos estudantes, não atende as reivindicações específicas dos técnicos e pressiona autoritariamente para a rematrícula. Sua condição de membro do PSol não impediu que servisse cordeiramente ao governo federal ao conter a mobilização e o isolando da greve nacional.

As raízes do ajuste fiscal estão na crise capitalista

A crise econômica coloca o governo empenhado em fazer o ajuste fiscal, e, para atender aos interesses dos capitalistas, os serviços públicos são atacados com o corte de verbas. É isto que explica o intenso sucateamento das universidades federais e a pressão para aumentar o privatismo no ensino superior. São estes também os motivos de cortes da permanência estudantil na Unifesp Guarulhos, que está sem transporte universitário, moradia estudantil, creche, etc.

Diante deste quadro de medidas para precarizar a educação em uma rede de ensino que foi reestruturada sem as condições necessárias (Reuni), mais o corte de verbas, as precárias condições de trabalho de estudo e a conjuntura política em que o governo petista faz uma grande ofensiva para derrotar a luta de trabalhadores e estudantes, em defesa da universidade pública e das condições para estudar, DEFENDEMOS A MANUTENÇÃO DA GREVE DE FORMA CONJUNTA COM OS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E PARTICIPAÇÃO NO COMANDO DE GREVE NACIONAL.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Em Rondônia, a manifestação de rua do dia 07 de agosto foi manipulada pelo presidente do SINDSEF, vice-governador

O dia 07 de agosto representou um importante momento de construção da unidade dos servidores públicos federais no Estado de Rondônia. A expectativa é que construísse uma Assembleia Geral Unificada e se fortalecesse a luta do Fórum Nacional dos SFP em sua campanha salarial contra o governo federal.

Entretanto, pela atuação do SINDSEF, que é presidido pelo vice-governador do Estado, Daniel Pereira, o ato no dia 07 se transformou em grande teatro para defesa das políticas burguesas.

O fato evidencia que a estatização dos sindicatos ganha maior impacto no cenário de ataques aos direitos, de confisco salarial e de demissões em massa. A manifestação, que contava com várias entidades, como Sindsprev, INSS, Adunir, Sintunir e Sindsef, deixou a direção na mão de Daniel Pereira, por ser o vice-governador e presidente do sindicato. O que serviu para

o burocrata burguês fazer um discurso sobre sua prática no sindicato e naturalizar o imobilismo das lutas. Os trabalhadores que compareceram à manifestação não puderam falar, pois todo o ato se transformou em palanque para o político burguês.

A Corrente Proletária na Educação/POR apontou que é necessária a unificação das lutas, a construção de Assembleias unitárias, a organização de atos e manifestações conjuntas, mas rejeita a direção burguesa que aparelha os sindicatos.

Sistematicamente, a CPE tem denunciado lideranças que usam os sindicatos como trampolim eleitoral e manipulam a base para que coloquem suas esperanças nas ações do parlamento e dos tribunais. Lutamos pela construção das frações revolucionárias e por um programa que unifique os movimentos em torno das reivindicações elementares de emprego e salário.

Defender a História de lutas de Sapé e Paraíba é continuar o combate às oligarquias, aos latifundiários e à burguesia, em defesa das condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade!

O ato em defesa da memória e da história das lutas sociais em Sapé e na Paraíba acontece em no momento em que a burguesia e seus governos descarregam a crise nas costas dos operários, camponeses, indígenas, juventude pobre e demais explorados. A concessão do título de cidadão sapeense ao deputado federal Jair Bolsonaro mostra o alinhamento dos vereadores da cidade com o que há de mais reacionário: a defesa da ditadura e seus crimes de tortura, estupros e anulação das liberdades democráticas. Porém, não podemos ocultar que os mais graves ataques aos explorados têm sido promovidos pelo próprio governo federal do PT. No combate pelas reivindicações de terras aos camponeses, emprego, salários, liberdades democráticas, escola e trabalho para a juventude é preciso que não nos enfiemos nas disputas interburguesas, que, na prática mostram PT e PSDB disputando quem vai gerenciar o mesmo projeto de ajuste fiscal.

A crise econômica desdobrou-se em crise política. A oposição burguesa, liderada pelo PSDB, encontra condições para desgastar e tentar derrubar o PT. O presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB), oligarca corrompido até a medula, ofereceu ao governo a via da manutenção da governabilidade. Os 29 pontos foram saudados pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy: “Esta é a pauta do Brasil”, disse o porta voz dos banqueiros no governo. Dentre os pontos, consta aumento da idade para aposentadoria, SUS pago, licenças ambientais ainda mais rápidas, reservas indígenas escancaradas para o agronegócio, mais privatizações, aprovação da lei da Terceirização. Dentre

outros ataques. A tese de que o governo do PT era um governo em disputa já foi superada. Seu caráter antipopular e antinacional é claro. Nossa tarefa de rechaçar o golpismo do PSDB não deve ser confundida com apoio ao governo burguês de Dilma.

A recessão econômica vem causando uma onda de demissões, arrocho salarial e retirada de direitos. O falso Plano de Proteção ao Emprego (PPE), as já aprovadas MPs 664 e 665, a Lei da Terceirização e a reforma da Previdência caminham nesse sentido. A intransigência do governo diante da greve das Universidades Federais demonstra o empenho em manter a situação calamitosa da educação. O corte de verbas se manifesta também no fechamento de várias escolas rurais na Paraíba. A defesa de educação, saúde, terra e trabalho devem ser feita mediante a luta pela independência de classe, materializada na aliança operária e camponesa.

Enquanto ilude os camponeses, o governo de Dilma Rousseff aprofunda a aliança com os ruralistas. O MST e demais movimentos do campo devem romper com o governo, retomar as ocupações e demais métodos de ação direta para arrancar dos governos as reivindicações. A reforma agrária não pode ser realizada pela burguesia e seu Estado. A tarefa democrática de destruição do poder latifundiário, entrega das terras aos camponeses pobres e favorecimento dos pequenos e médios produtores coloca a necessidade de derrubada revolucionária da burguesia e ruptura com o imperialismo.

LER/MRT quer entrar no PSol

O MRT (Movimento Revolucionário de Trabalhadores), fundado em abril como nova organização a partir da LER-QI (Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional), realizou em julho seu primeiro congresso. A principal deliberação foi a de se incorporar ao PSol. Diz a carta enviada solicitando o ingresso:

“Nesse marco, hoje consideramos que os 1,6 milhão de votos recebidos por Luciana Genro nas eleições de 2014 expressaram, ainda que de forma minoritária, parte das aspirações progressistas dos trabalhadores e da juventude que protagonizaram as jornadas de junho de 2013 e as greves que vêm atravessando o país. Essa tendência foi demonstrada pelo crescimento eleitoral que o PSOL teve em algumas das cidades de maior concentração operária do país, nas quais o PT retrocedeu das posições que historicamente ocupou, ainda que o PSDB tenha arrematado a maior parte desse declínio. Consideramos que esse resultado eleitoral localiza o PSOL como um partido que pode expressar crescentemente parte importante das tendências de massas que se desenvolverão à esquerda da crise do PT.

Em base a essa caracterização, e partindo de que o PSOL se define como um partido amplo com liberdade de tendências, e levando em consideração as divergências que temos com cada uma das correntes que o compõe, abrimos no MRT (ex-LER-QI) um debate sobre a possibilidade de entrar no PSOL e, como corrente interna defender nossas ideias revolucionárias fazendo parte desse processo político progressista que consideramos que irá atravessar o PSOL no próximo período.”

Certamente, trata-se de uma reviravolta em sua política. Quando ainda se chamava LER-QI, afirmou, em setembro de 2014:

“Frente a essa realidade, nenhum dos candidatos que se reivindicam de esquerda se coloca à altura do profundo questionamento ao status quo que se expressou em junho e na onda de greves e profundas lutas operárias que vem atravessando o país nos últimos anos. O PSOL e o PCB trilham o mesmo caminho do PT de conciliação entre trabalhadores e patrões.[...]”

Como temos denunciado em vários artigos, a política do PSTU de coligar-se com o PSOL e o PCB e elogiar esses partidos como “socialistas” que fortalecem as lutas dos trabalhadores para tentar eleger algum parlamentar é o mais desavergonhado oportunismo eleitoral, contribuindo para fortalecer os reformistas e conciliadores e não os classistas e revolucionários.”

Em novembro de 2014, dizia:

“As posições teóricas e internacionais apontam para uma consistência neste caminho de indiferenciação com o PT e se preparar para passos maiores de reformismo. Ou seja, retórica socialista, mas defesa da propriedade privada e do regime em vigor, tal como fazem na prefeitura de Macapá. [...] O PSOL é um partido de tendências, seus posicionamentos sobre temas internacionais divergem. Porém, pode-se traçar uma linha geral a partir de ver as principais posições. Todas elas convergem no distanciamento a uma posição anticapitalista. Convergem em se identificar com os partidos de esquerda que em outros países buscam ser parte ativa de governos burgueses alternativos aos vigentes, como o Syriza na Grécia e agora o “Podemos” no Estado Espanhol. Esses partidos fogem como o diabo da cruz de enfrentar temas anticapitalistas ou mesmo temas democráticos decisivos em seus países, como o direito a autodeterminação das nações no Estado Espanhol no caso do Podemos. [...] Em resumo, há muitos matizes, porém uma convergência em apoiar governos capitalistas que sejam distintos do modelo atual (ou anterior). Buscam todos ser alternativos ao governo vigente mas não alternativos ao capitalismo. [...] Ou seja, o PSOL ruma a ser cada vez menos independente do PT e cada vez mais reformista.”

Como se vê, o MRT dá uma guinada de 180° na caracterização da ex-LER-QI sobre o PSol a fim de fundamentar seu pedido de ingresso.

Primeiro, o PSol não passa de um partido de “reformistas e conciliadores”, aos quais se juntar é “desavergonhado oportunismo eleitoral”. É um partido que “trilha o caminho da conciliação”, com cada vez mais “indiferenciação” com o PT, “cada vez menos independente dele”. Que tende a “apoiar governos capitalistas”, “se distanciam de uma posição anticapitalista” e “cada vez mais reformista”.

Poucos meses depois, passa a expressar as “aspirações progressistas dos trabalhadores e da juventude”, e “tendências de massas que se desenvolverão à esquerda da crise do PT”. Enfim, prevê um “processo político progressista que consideramos que irá atravessar o PSOL no próximo período”.

A guinada da LER/MRT busca raízes nos seguintes fenômenos:

a) profundo desgaste eleitoral do PT no segundo mandato de Dilma Rousseff, desgaste que tem sido capitalizado parcialmente pela oposição de direita (PSDB). A LER/MRT prevê que esse desgaste tende a ser capitalizado eleitoralmente pelo PSol. Com uma profunda fé nesse prognóstico, antecipa-se ao suposto deslocamento eleitoral das massas à esquerda e procura se meter no partido que vai canalizá-lo.

b) ascensão de frentes de esquerda eleitorais na Grécia e Espanha, como resultado da incapacidade dos governos e partidos burgueses tradicionais de se sustentarem realizando profundos ataques às condições de vida e trabalho das massas. E crescimento eleitoral significativo da frente de esquerda argentina integrada pelo seu partido irmão PTS. A LER/MRT prevê que esses fenômenos se repetirão no Brasil como parte de uma tendência geral, e procura se colocar em melhores condições para respondê-los.

Assim, todas as caracterizações feitas anteriormente sobre o PSol devem ser sepultadas, em nome do ingresso nesse partido, ou “frente de correntes”.

Há poucos meses, a LER/MRT criticava o PSol taxando-o de reformista, conciliador e cada vez mais dependente do PT. Isso servia para explicar seu voto crítico no PSTU, então apontado como partido que expressava a independência de classe. Agora, a caracterização do PSol muda completamente, o partido passa a ser uma referência de esquerda para os trabalhadores e uma frente que pode servir à construção de um partido revolucionário. Sem nenhuma autocritica nem explicação, a LER/MRT atribui ao PSol qualidades que ele não possui, inventa uma nova caracterização sem nenhuma ligação ou linha de desenvolvimento em relação à anterior, tudo para criar condições favoráveis ao seu ingresso.

Mudar o nome e fazer um congresso para entrar no PSol

Em abril, a LER-QI mudou de nome. A mudança incluiu a retirada da sigla da Quarta Internacional. Ou seja, a identificação com o trotskismo. MRT é uma sigla de acordo com o objetivo estratégico de construir e potenciar uma frente eleitoral de esquerda. E, sem dúvida, estará mais palatável aos dirigentes reformistas do PSol quando do pedido de ingresso. Para tanto, a direção da LER/MRT convocou seu congresso. Um congresso que não teve como tema a uma elaboração ou atualização de programa, mas fundamentalmente a legitimação da proposta de ingresso ao PSol. Esse método não é o da construção de um partido programa, um partido revolucionário, mas o de um aparato eleitoral.

A mudança do nome para MRT já contém em si a idéia da formação do partido não a partir do programa e portanto da diferenciação política, mas sim a partir da confluência de tendências “trotskizantes”

ou socialistas só de nome numa organização comum, com uma política que só pode ser conjuntural e expressar o amálgama das distintas posições dessas tendências. Ainda que não estivesse voltada para o ingresso ao PSol, a mudança de nome está na contramão da construção de um partido revolucionário.

Um cheque em branco aos reformistas

O PSol respondeu ao pedido da LER/MRT da seguinte forma: a) a condição para o ingresso é a concordância com o programa, o qual será discutido e aprovado no próximo congresso do partido; b) independentemente disso, o PSol está disposto a ceder a legenda à LER/MRT para disputar as eleições de 2016.

Claro que a LER/MRT reclamou. Reivindica a participação nos debates que definirão o programa. Defende que a discussão ao redor desse programa seja democrática. Como se não conhecesse as posições oportunistas das correntes que dirigem o PSol e que terão influência decisiva na aprovação das resoluções.

O fato é que a LER/MRT já decidiu ingressar no PSol sob a condição imposta, o que representará um cheque em branco para as correntes dirigentes do partido. Aceitou um programa que sequer existe ainda.

Para alguns dirigentes do PSol, a entrada da LER/MRT é calculada como um grupo que poderá trazer problemas internos e até resultar em perda de algum apoio eleitoral por sua associação. Então, para influenciar nos debates internos ao partido, exigem que a LER/MRT ingresse bem submetida às resoluções que sequer foram aprovadas ainda.

Entrismo?

O tipo de entrismo que a LER/MRT está tentando aplicar no PSol, certamente, não se trata do leninista. Este busca responder ao deslocamento dos explorados sob influência de um partido reformista, e se constrói sob as condições de liberdade de defesa do programa e estratégia revolucionários dentro e fora do partido e de discussão e divergência internas. O ponto de partida é sempre o da defesa do programa da revolução proletária. Não se trata de uma tática de fundamento eleitoral, embora não negue a necessidade circunstancial de intervenção nas eleições burguesas.

Se há proposta de entrismo da LER/MRT no PSol, não tem nada a ver com o leninismo. No caso de entrismo, serve para uso de legenda eleitoral, disputa de base, futura ruptura levando quem puder consigo. Isto porque a LER/MRT não tem programa, não defende a estratégia da revolução e ditadura proletárias (e sim a do governo dos trabalhadores, ou governo operário e popular, como já estampou em seus textos). Seu ponto de partida não é a influência do PSol no movimento operário, mas sua expressão meramente eleitoral. Na verdade, uma suposta expressão que avaliam que crescerá muito. Por fim, sua política está centrada em repetir a frente de esquerda da Argentina, que sequer foi resultado de uma iniciativa dos partidos que a compõem, mas de uma imposição restritiva da legislação eleitoral burguesa. E que se encontra hoje em profunda crise, com uma disputa feroz entre suas principais organizações nos movimentos e submetida na formação de suas listas de candidatos à votação do tribunal eleitoral burguês.

O entrismo da LER/MRT se apresenta como instrumento para construir um partido revolucionário. Mas está todo em oposição a isto. Quando não empunha um programa revolucionário, quando mostra disposição de se submeter a um programa oportunista reformista a fim de se enfiar no PSol, quando embeleza esse partido atribuindo qualidades que não tem, nunca teve, nem nunca terá, quando concebe a construção do partido revolucionário a partir de um “movimento”

de tendências autodenominadas socialistas e não a partir da construção do programa, só poderá concluir como mais um aparato pequeno burguês eleitoreiro e avesso à estratégia da ditadura do proletariado.

Morenismo, sim!

No final de junho, a LER/MRT soltou uma nota rebatendo as críticas do PCO ao seu jornal eletrônico “Esquerda Diário”. Há nele uma infâmia contra o dirigente do POR boliviano Guillermo Lora, sem uma única citação ou prova, juntando-o às posições de Jorge Altamira, do PO argentino, ao redor de uma suposta “estreiteza nacional”. Será difícil encontrar um texto de Lora que não expresse o internacionalismo proletário e a necessidade de um partido mundial da revolução socialista. Nesse mesmo artigo, negam seu vínculo com o morenismo (associado às posições do dirigente argentino do então MAS, Nahuel Moreno).

Vejam que a decisão de mudança do nome de LER para MRT se apóia inteiramente nas formulações políticas morenistas. No jornal Massas nº 501, apontamos que a base de sua resolução política está na negação da estratégia da ditadura do proletariado, na reafirmação dos pressupostos morenistas do governo dos trabalhadores e frente de esquerda (classista) como estratégicos, e na concepção de partido avesso ao partido programa.

Agora, a decisão de se incorporar ao PSol segue a mesma cartilha: transforma uma tática circunstancial (frente eleitoral) em objetivo estratégico.

A LER/MRT é satélite do PTS argentino e só não são morenistas para eles mesmos. Vejam se as principais posições de Moreno não seriam referendadas por essas correntes:

1) O morenismo tem como estratégia a constituição de um governo dos trabalhadores, a ser alcançado pela via eleitoral, por meio de uma frente classista. Nega a estratégia da revolução e ditadura proletárias, consideradas inalcançáveis na atual etapa histórica. O alcançável seriam esses governos dos trabalhadores, que desenvolveriam as contradições internas do capitalismo, levando futuramente a uma revolução social.

2) O morenismo tem como tática essencial a constituição de frentes “classistas” para as eleições. São frentes de esquerda em que participam todos os autodenominados socialistas ou reformistas. Estão excluídos dessa frente os partidos burgueses, nesse ponto ela se distingue da frente popular estalinista. A partir da necessidade de vitória eleitoral, trata-se então de combinar as urnas e as lutas, como se ambos não tivessem caráter de classe.

3) O morenismo concebe um partido que expresse sua tática e estratégia: não um partido programa, de quadros, centralista democrático, mas um partido de núcleos, capazes de abrigar muitos militantes para caçar votos, sem muita divergência interna ou formação política.

4) O morenismo concebe um partido como resultado da confluência de distintas organizações “socialistas”, e não como partido programa que se forja a partir da diferenciação e luta política contra as tendências que afastam o proletariado e demais oprimidos da tarefa de derrubada violenta da burguesia e constituição da ditadura do proletariado. E é assim mesmo que a LER/MRT concebe a formação de sua organização política como parte desse movimento mais amplo e sem programa.

A ruptura do PTS com a organização morenista na argentina foi de aparato, não de programa. Várias outras organizações surgiram dessa mesma forma. Nenhuma rompeu programaticamente com o morenismo. Para fazer isso, teriam de partir da defesa da estratégia da ditadura e revolução proletária, e da discussão crítica e autocrítica do programa do partido que a encarna.

Nesta edição:

- Após 78 dias, militante boliviana suspende greve de fome
- Jhon Nestor Copaga: NEM ESQUECIMENTO, NEM PERDÃO!
- Característica da atual situação política
- 75 anos do assassinato de Leon Trotsky

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



**Após 78 dias, militante boliviana suspende greve de fome
 Agradecemos a todos que manifestaram sua solidariedade!**

Após 78 dias de greve de fome, a militante do POR boliviano Marcia Torrico suspendeu a medida no dia 10 de agosto de 2015. A apelação de Marcia e Ariel quanto à retirada de sua filha adotiva Sofia, de três anos, foi aceita. A justiça ordenou a abertura do processo de guarda para adoção, trazendo esperança de que Sofia volte à família que a criou desde os dois meses de idade, quando a mãe biológica a entregou para adoção. A decisão judicial que retirou violentamente Sofia dos braços de Márcia, com a participação de força policial, foi revertida. Esta decisão desconsiderava que o “erro” judicial havia sido cometido pelo próprio governo que reteve a ata de adoção já aprovada pelas instâncias governamentais de acordo com os procedimentos necessários, fato constatado pelo Serviço Departamental de Gestão Social, em 10 de dezembro de 2014.

A justiça já havia determinado que a guarda caberia a Márcia e Ariel, tendo em vista o bem estar físico e psicológico da criança. Sabemos que a decisão judicial de 2015, tomada em meio a profundos conflitos na Universidade Maior de San Simón, em Cochabamba, onde Márcia é dirigente da Federação Universitária Local, não se tratou de um erro, mas sim de um processo de perseguição política pela militância aguerrida de Márcia e Ariel no movimento estudantil e sindical.

Márcia está internada no hospital, em tratamento clínico

Jhon Nestor Copaga: NEM ESQUECIMENTO, NEM PERDÃO!

Jhon Nestor Copaga é dirigente da FUL-URUS. Ocupa a posição de Secretário Geral. Além disso, representa o restaurante da Faculdade de Agronomia. é um incansável lutador, sempre à frente da vanguarda, enfrentando de perto o inimigo.

Hoje se bate entre a vida e a morte, devido à brutal e covarde repressão contra o movimento estudantil e, especialmente, contra os membros de sua direção porista, por se opor e, finalmente, impedir a titularização dos docentes interinos sem exame de competência. Bárbara medida que o reitor Waldo Jiménez e a camarilha de medíocres aproveitadores da Federação de Docentes, liderada por Juan Ríos, pretenderam impor.

Os autores intelectuais são o reitor Waldo Jiménez e as camarilhas docentes corruptas. O autor material é a polícia, cuja identidade protege o governo do M.A.S., cujas mãos sujas estão por trás de tudo isto. Waldo Jiménez e Juan Ríos são ligados ao governo e são seus instrumentos no interior da UMSS.

NEM ESQUECIMENTO, NEM PERDÃO!

para reestabilizar seu organismo. Sua saúde está bastante debilitada.

Continuamos a exigir que o governo Evo Morales cesse suas medidas de perseguição política e que devolvam Sofia a seus pais adotivos Márcia e Ariel.

Ao longo deste semestre já foram vários os casos de repressão envolvendo os militantes do POR. Jarlin Coca, dirigente estudantil foi condenado a 3 anos e seis meses de prisão e com a campanha de solidariedade, está respondendo aos processos em liberdade. O dirigente estudantil John Copaga, de 24 anos, foi atingido por uma bomba de gás na cabeça, em repressão ao movimento estudantil em 30 de Julho de 2015 e está na UTI, correndo risco de morte ou de viver com graves sequelas.

O movimento estudantil da UMSS teve suas reivindicações atendidas, na última semana, em 3 de agosto de 2015, com a revogação da indicação oligárquica de professores, sem passarem pelos exames de titularização. Há o compromisso de cessarem com a repressão interna e externa ao movimento e os episódios repressivos anteriores serão investigada para que os responsáveis sejam punidos. A Universidade custeará as despesas médicas de John. A universidade foi reaberta após 120 dias de greve estudantil. O movimento estudantil segue em luta pela deposição do reitor Waldo Jimenez.

A avaliação feita pelo Dr. René García, neurocirurgião do Hospital Viedma, indica que o companheiro tem uma embolia no lado esquerdo do cérebro, que já não irriga sangue, que há possibilidades de que venha a falecer, que, no caso de sobreviver, o deixará com sérias sequelas na fala e na memória.

RESPONSABILIZAMOS DIRETAMENTE O GOVERNO DE EVO MORALES PELO QUE POSSA ACONTECER COM A VIDA DO COMPANHEIRO URISTA E DIRIGENTE DA FEDERAÇÃO UNIVERSITÁRIA LOCAL, JHON COPAGA.

EXIGIMOS QUE TODOS OS RESPONSÁVEIS QUE SÃO PARTE INTELLECTUAL E MATERIAL DESTA TRAIÇOEIRO ATENTADO CONTRA A INTEGRIDADE DO CAMARADA SEJAM DESCOBERTOS E ENCARCERADOS.

ABAIXO A REPRESSÃO ASSASSINA DO GOVERNO MASISTA.

ORGANIZAR AÇÕES E MOBILIZAÇÕES EM TODO O PAÍS EXIGINDO PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS.

Característica da atual situação política

As mobilizações de Potosí e de outros lugares desafiam a política repressiva do governo

O governo pretende mostrar-se como forte com a utilização de mãos de ferro para reprimir toda forma de protesto dos explorados e oprimidos. A situação política está mudando e a força das mobilizações sociais desmascara sua intenção de punir os que se rebelam. Os diferentes setores inconformados tomam o caminho da ação direta, exigindo soluções imediatas para os seus problemas e estas apontam para uma situação francamente revolucionária.

Ao se observar com atenção a postura adotada pelo governo frente ao desenvolvimento dos conflitos sociais - como a mobilização cívica de Potosí, o conflito universitário de Cochabamba e outros - percebe-se a agudização de sua política autoritária, com fortes traços fascistas. Esquecendo-se que os tempos políticos mudaram porque as ilusões no governo indígena já foram superadas e porque as massas estão em um processo de acelerada diferenciação política do regime do MAS. Os métodos que o governo usa para reprimir as mobilizações sociais têm a mesma característica que aqueles usados quando o governo teve de enfrentar a oposição de direita da Meia-Lua, alcançando uma espetacular vitória política, porque permitiu esmagá-la física e politicamente.

Desenvolve-se uma furiosa campanha governista contra os potosinos mobilizados em La Paz, com a finalidade de colocar a população contra eles. O governo acusa o Comitê Cívico de Potosí (COMCIPO) de ser um movimento direitista. Disse que o Comitê obedece a ordens de chilenos. Em seguida, o Ministro Quintana acusou os dirigentes cívicos de serem agentes da direita norte-americana. Utiliza uma brutal repressão policial e judicial contra os manifestantes e tenta dividir o movimento, recorrendo aos setores governistas aparelhados nas prefeituras e no governo do Departamento. Usa as comunidades indígenas (conhecidas como ayllus) do norte de Potosí, com a finalidade de cercar a capital e, finalmente, rompe as negociações da maneira mais prepotente possível com a ideia de que os manifestantes retornariam a Potosí totalmente derrotados.

No caso do movimento universitário de Cochabamba, está muito claro que o governo trabalhou desde o início como suporte da burocracia universitária. Seu objetivo é acabar com a direção trotskista da *Federação Universitária Local* (FUL). Organiza e financia intervenções armadas, recorrendo a marginais e mercenários para retomar o campus universitário central. A última intervenção quando se queimou a sede da FUL tinha a finalidade de assassinar os principais dirigentes que faziam vigílias nos prédios universitários. Um deles ficou gravemente ferido pela polícia logo depois da expulsão dos interventores. O plano do governo era repetir a experiência com o *Conselho Nacional de*

Ayllus y Markas del Qollasuyo (CONAMAQ), invadindo o local com grupos governistas para em seguida cercá-lo com a polícia e acabar firmando acordos entre os interventores governistas e a burocracia universitária. Para realizar esta manobra, o governo mobilizou os "satucos" (grupo interno ao MAS) de *El Alto de La Paz* fortemente armados. Nas duas manifestações, o governo usou uma repressão violenta para curvar os rebeldes. O objetivo era aniquilar definitivamente os opositores, como ocorreu com a "Meia-Lua" e com os indígenas do CONAMAQ.

A manobra fracassou porque os potosinos, longe de diminuir as suas mobilizações, receberam os manifestantes que marcharam até La Paz como heróis e decidiram se voltar contra as autoridades políticas e administrativas governistas do Departamento.

Em Cochabamba, a vanguarda universitária apoiada por uma multidão aglomerada conseguiu impedir uma ação policial que tentou entrar no campus por diversos lugares, mantendo o controle da universidade. Causou uma comoção em todo o Departamento a situação do dirigente ferido que está entre a vida e a morte. Novamente, as diferentes organizações aprovaram resoluções radicais, como a expulsão do Reitor e de outros membros da camarilha. Assim, começou a desmoronar o estamento docente e a pressão obrigou o Reitor a firmar um acordo preliminar que logo foi ratificado pelo Conselho Universitário, que significou uma grande vitória política do movimento universitário. O acordo preliminar em questão estabelece a anulação da resolução burocrática de efetivação dos docentes sem concurso público (estopim do movimento), a convocação de um congresso institucional para realizar mudanças profundas na universidade, a anulação dos processos contra os dirigentes estudantis e contra os docentes que se somaram à rebelião estudantil e imediata realização de concurso público para o cargo de docente. Aos pontos do acordo, soma-se a exigência estudantil da expulsão do Reitor, do executivo da federação docente e do secretário geral da universidade, que são os responsáveis pela crise universitária que se prolongou por mais de três meses e provocou os atos de vandalismo que terminaram destruindo alguns bens da universidade.

A diferença que caracteriza a presente situação política é que os explorados já não são facilmente dobrados, respondem à repressão com mais manifestações e impõem o fracasso das tentativas de domesticá-los pela força. Estamos vivendo um momento em que os explorados estão passando por avanços substanciais em sua consciência, cada fracasso do governo e cada vitória das mobilizações sociais tem a virtude de impulsionar as massas para a frente. Apresenta-se cada vez mais nítido um dos elementos da situação revolucionária, o abandono das ilusões legalistas e o aumento do uso da ação direta.

75 anos do assassinato de Leon Trotsky

Publicamos abaixo a carta de Leon Trotsky ao intelectual que se aproximou da Oposição de Esquerda e que acabou por atacá-lo sem princípios. Diante de muitos outros textos, a resposta a Paz pode ser considerada secundária. É o que parece na parte introdutória em que Trotsky se vê obrigado a contextualizar o leitor sobre a conduta política do contendor. Mas a partir do momento em que explica Como se formam os revolucionários, de maneira simples expõe um dos problemas fundamentais do militante profissional no sentido leninista do termo. Selecionamos esse artigo não tão conhecido para lembrar os 75 anos da morte de Leon Trotsky. As ideias revolucionárias somente são possíveis quando nascidas de um militante que dedica, sem atenuantes, a sua vida à revolução. Estas ideias sobrevivem ao revolucionário porque correspondem ao processo histórico.

O assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940 a mando de Josef Stálin e com a contribuição do Partido Comunista do México não fez senão demonstrar definitivamente que se tratava não apenas de um vigoroso defensor da revolução socialista mundial, um dos mais importantes dirigentes da Revolução Russa, como também um adversário sem trégua contra a revisão estalinista que levaria à restauração capitalista e desintegração da União Soviética. Sem dúvida, o trotskismo é a continuidade do marxismo-leninismo. O artigo Como se formam os revolucionários se dirige quase que exclusivamente àqueles que se empenham na construção do partido do proletariado. Neste caso, tem muito a ensinar. Esperamos que sirva de estudo, compreensão e formação do caráter revolucionário da militância.

Como se formam os revolucionários (1)

Estimado camarada Paz

A carta conjunta – que não vou caracterizar como corresponde em minha resposta porque tenho a certeza de que no futuro colaborarei com a maioria dos assinantes que a apoiaram equivocadamente – você agrega uma carta privada que me dá a oportunidade de responder-lhe com toda franqueza, liberdade e, inclusive, com toda dureza. Você me chama “patrão” e, por me qualificar assim, se apropria do direito de instruir-me e guiar-me. Assinala-me a todo momento como se deve comportar um “patrão”, como deve organizar seu tempo, que tarefas deve abandonar para se dedicar àquelas que você indica. Permita-me perguntar-lhe se seu tempo e suas forças estão organizadas de acordo com esta grande tarefa revolucionária da qual você deseja ser o “eixo”. Sua carta trata unicamente desta questão: quem será o eixo? E seu rompimento como o semanário, a hostilidade que demonstrou, suas acusações contra Gourget e agora contra Rosmer gira em torno deste mesmo “eixo”.

Não sei se sou “patrão”, sobretudo um patrão segundo suas normas. Acredito que não. Mas o único objetivo que me guia em minhas relações com meus amigos, tanto quanto como com meus inimigos, é a causa revolucionária, os prejuízos pessoais me são absolutamente alheios. Como disse muitas vezes, queria que *contre le Courant* fosse um semanário. Em Constantinopla, sua única objeção foi quanto ao aspecto econômico do projeto. Disse-me, confirmando aquilo que eu já sabia, que os gastos de *contre le Courant* se cobrem com o dinheiro enviado pela Oposição russa⁽²⁾, e que, esgotados esses fundos, era difícil prosseguir com a publicação semanal do jornal. Este argumento me parece estranho. Não podia entender. Disse-me: “trata-se de uma observação feita de passagem, não devo exagerar sua importância”. É certo que devia aceitar sua proposta de editar um jornal bimensal, mas para mim (e para você) tratava-se de uma medida provisória, cuja vigência seria de dois ou três meses no máximo. Em realidade, se resolveu publicar um semanário com a perspectiva de convertê-lo em diário, e assim consta em seu caderno de notas. Mas você nem sequer

11/ julho de 1929 – Leon Trotsky

se aproximou de um diário, nem um semanário, nem tampouco um jornal bimensal. *Contre le Courant* é agora mais do que nunca, uma coleção de documentos russos. Lendo este diário não se aprende nada sobre o movimento francês. Tínhamos elaborado outros projetos para o trabalho de massas. Não se fez nada. Não vejo no *contre le Courant* o menor indício de que se tenha realizado algo nesse sentido. E depois de esperar pacientemente quatro meses, de repetir com insistência que devemos sair do isolamento, recebendo como única resposta suas conversas em torno de Treint e Souvarine⁽³⁾ me envia uma citação de seu caderno de apontamentos para justificar sua argumentação. Mas essa é a atitude de um escrivão, não de um revolucionário. E aqui chegamos ao problema decisivo. Para publicar nossos documentos na Rússia, nossos amigos deram tudo o que possuíam e sacrificaram tudo o que se poderia sacrificar. Em Paris, não era necessário chegar a esse extremo. Para editar o semanário, bastavam sacrifícios totalmente secundários e insignificantes: tempo e dinheiro. Se alguém dá o primeiro passo e dá o exemplo, logo se pode exigir dos demais, ganha o direito de exigir sacrifícios em nome de uma causa comum. Mas seu primeiro passo foi de justificar a carência de uma base financeira e logo, para “aprofundar” a teoria da abstenção, acrescento de carência de uma base teórica. Tudo o que foi dito e feito até o momento é vago e inoperante. Para fazer algo de “sólido”, devemos aguardar a publicação de seu folheto. Enfim, sua pretensão é indigna, e você mesmo não teria colocado esse novo argumento senão se encontrasse em uma situação precária que o obriga a procurar a todo custo aquilo que se pareça com um argumento.

Para você, nenhuma expressão é suficientemente forte para desacreditar os cinco camaradas que “se inspiraram em Constantinopla”⁽⁴⁾. Esse sarcasmo está fora de lugar e de mal gosto. Estes camaradas, ainda que tenham de ganhar a vida, vieram à Constantinopla para ajudar-me com sua própria iniciativa, sob sua própria responsabilidade e em um momento muito difícil. Sua ajuda me foi inestimável. Tudo isso está bem. Mas a

história tem outro aspecto. Depois de observá-los de perto, me diz que os camaradas que são capazes de assumir essa iniciativa e esse sacrifício pessoal são revolucionários, ou que podem se transformar em revolucionários; porque *é assim*, camarada Paz, *como se formam os revolucionários*. Existem revolucionários sábios e outros ignorantes, inteligentes ou mediocres. Mas não é revolucionário aquele que não está disposto a destruir obstáculos, aquele que carece abnegação e espírito de sacrifício. Não me equivoquei. Esses camaradas jovens que se declararam totalmente dispostos a entregar seu tempo, seus esforços e meios para publicar um semanário e a mobilizar outros. Estão cumprindo sua promessa e você os sabota em lugar de ajudá-los. E sempre devido ao problema do “eixo”.

Que concepção você tem da importância de um semanário destinado a se transformar em diário, em um movimento que deve ter ramificações em todos os lugares? Acredita que pode realizar essa tarefa dedicando-lhe poucos momentos que seu atarefado exercício de advocacia lhe deixa livre? Acredita ser capaz de dirigir o movimento, ou mesmo um semanário ligado ao movimento, como se fosse uma tarefa secundária? Eu tenho outra concepção do eixo revolucionário. Acredito que a pessoa que dirige um jornal operário, sobretudo em uma época como a nossa, que nos impõe responsabilidades tão grandes, somente deveria se ocupar dessa tarefa. Esse problema me preocupa muito desde que cheguei em Constantinopla, onde você mesmo me informou que é um advogado muito atarefado. Mas me disse que uma vez que você queria dirigir o semanário, naturalmente tiraria as conclusões pertinentes. E como não concebiam nossa relação como a de um amo com seu escravo, não assinalei como deveria dividir seu tempo entre a revolução e o tribunal. Suponho que sabe que quando Haase quis se transformar em um dos eixos do partido alemão teve de abandonar o exercício da advocacia no Koenigsberg⁽⁵⁾ no Congresso de Iena, todos – inclusive Bebel – o elogiaram por sacrificar sua renda anual de 30 mil marcos. Aos russos – eu estava presente neste congresso – esses elogios foram muito fastidiosos por seu caráter totalmente pequeno-burguês. Mencionei esse incidente em uma de minhas intervenções para caracterizar a ausência de espírito revolucionário do partido alemão. E, no entanto, Haase não estava preparado para se deparar com situações revolucionárias, o curso brutal dos acontecimentos.

Não me estenderei sobre a trajetória do partido russo na época do trabalho ilegal. A pessoa que estava no movimento punha a disposição destes seus meios materiais, pertencia de corpo e alma, se identificava abertamente com a causa que servia. Foi esse processo educativo o que nos permitiu formar os combatentes que depois foram os eixos da revolução proletária.

Camarada Paz, falo-lhe com franqueza e ainda com severidade para salvar o que pode ser salvo. A situação é demasiado séria para andar com rodeios. Não sou um fanático, nem sectário. Sou perfeitamente capaz de compreender uma pessoa que simpatiza com a causa comunista sem abandonar seu meio. Esse tipo de ajuda nos pode ser muita valiosa, mas é uma ajuda de um simpatizante. Referi-me a esta questão em uma carta aos meus amigos norte-americanos. Eastman⁽⁶⁾ me havia escrito sem rodeios que esta era uma situação pessoal. Auto intitula-se “companheiro de viagem”, afirma que não aspira ocupar nenhum cargo de direção no movimento da Oposição

e se contenta em ajudá-la. Faz traduções, outorga seus direitos de autor ao *The Militant*, etc. Por quê? Porque não pode se entregar por inteiro ao movimento. E atua corretamente.

Você deve compreender que a pessoa que é o “eixo”, isto é, o dirigente ou um dos dirigentes do movimento revolucionário, se atribui o direito de chamar os operários a fazer os maiores sacrifícios, inclusive de suas vidas. Esse direito implica as responsabilidades concomitantes. No caso contrário, todo operário inteligente inevitavelmente se perguntará: “se Fulano, que me exige os maiores sacrifícios, utiliza as quatro quintas ou as duas terças partes de seu tempo, não para assegurar minha vitória senão para assegurar sua existência burguesa, demonstra que não tem confiança na iminência da revolução próxima”. Esse operário teria razão.

Esqueça-se do programa, por favor! Não se trata do programa. Trata-se da atividade revolucionária em geral. Marx disse uma vez que um só passo adiante do movimento vale mais do que dez programas. E note que Marx era exímio na elaboração de programas e, inclusive de manifestos, tão exímio, pelo menos como você e eu!

A título de conclusão. Suas cartas e, sobretudo, sua atitude política demonstra que para você o comunismo é mais uma ideia sincera do que a convicção que guia sua vida. E, no entanto, esta concepção é muito abstrata. Agora, justamente quando é necessário (e o é faz tempo) realizar uma atividade que ocupa absolutamente todo o seu tempo, você instintivamente começa se opor, porque emprega um duplo critério de conduta. Quando é convidado a participar, responde “não há recursos, as forças são insuficientes”. E quando outros começam a encontrar os recursos e as forças, você diz: “se não sou o eixo, me oponho”. É inexplicável! Se não tem confiança no semanário, fique quieto e não sabote! Você não tem experiência nestas questões, e caminha cegamente para uma nova catástrofe! Amanhã, evocará diferenças teóricas, filosóficas, políticas e filológicas para justificar sua posição. Não é difícil adivinhar onde isso o conduzirá! Se não quer sair à luta, fique quieto, mantenha uma amistosa neutralidade e não dê o triste espetáculo de uma oposição sem princípios, baseada exclusivamente em razões de índole pessoal.

Com maior desejo de salvar nossa amizade política,

L. Trotsky

- (1) Como se formam os revolucionários. *La Verité*, nº4, 1939.
- (2) Contre le Courant. O 1º número de *Contre le Courant* saiu em 20 de novembro de 1927.
- (3) Albert Treint (1889-1972): partidário de Zinoviev quando era o principal dirigente do PC francês, na metade da década de 20; foi expulso em 1927 por apoiar Oposição Unificada Russa.
- (4) Constantinopla: Pierre Broué assinala que entre os franceses que foram a Prinkipo discutir a campanha do semanário estavam Alfred Rosmer, Pierre Naville, Pierre Frank, Raymond Molinier e Jean van Heijenoort, *Le Mouvement Communiste en France*.
- (5) O Congresso da Socialdemocracia alemã, reunido em Iena, em setembro de 1911, elegeu Hugo Haase copresidente do partido junto a August Bebel. Haase (1863-1919) assumiu a direção de uma minoria centrista que se opunha à política de guerra da socialdemocracia alemã e fundou o USPD em 1917. Foi assassinado nas escadarias do Reichstag por um fanático de direita.
- (6) Max Eastman (1883-1969): diretor do *The Masses* diante da 1ª guerra mundial, foi um dos primeiros simpatizantes da Oposição de Esquerda e tradutor de vários livros de Trotsky. Renegou o materialismo dialético na década de 20 e o socialismo na de 30. Tornou-se anticomunista e diretor da *Reader's digest*.